

**LUCIANA PEREIRA DE OLIVEIRA TAVARES**

**A DEFINIÇÃO DO RURAL E DO URBANO E SUAS INFLUÊNCIAS NA  
IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO DE CASO  
EM DUAS LOCALIDADES NA CIDADE DE CAMETÁ – PA.**

**Belém- PA  
2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

**LUCIANA PEREIRA DE OLIVEIRA TAVARES**

**A DEFINIÇÃO DO RURAL E DO URBANO E SUAS INFLUÊNCIAS NA  
IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO DE CASO  
EM DUAS LOCALIDADES NA CIDADE DE CAMETÁ – PA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social, orientado pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Olinda Rodrigues.

**Belém- PA  
2009**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação intitulada “**A definição do rural e do urbano e suas influências na implantação de políticas públicas:** um estudo de caso em duas localidades na cidade de Cametá – Pa”. de autoria da mestranda Luciana Pereira de Oliveira Tavares.

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Olinda Rodrigues  
PPGSS/ ICSA/ UFPA - Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Joana Valente  
PPGSS/ ICSA/ UFPA – Avaliadora interna

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. João Santos Nahum  
PPGGEO/ IFCH/ UFPA – Avaliador externo

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Aos meus pais, Lunalva Tavares e Zacarias Tavares e aos trabalhadores do urbano e do rural na Amazônia, sujeitos resistentes a cultura global, construindo estratégias de vida constantes, sempre lutando e sonhando com um mundo mais justo.**

## **Agradecimentos.**

O momento de agradecer não é tão simples, pois são muitas as pessoas que fizeram parte de mais essa importante etapa da minha vida acadêmica e pessoal, por isso é com imenso carinho e respeito que expresso meu sentimento de gratidão a todos esses sujeitos históricos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste trabalho. Espero não ser interpretada como injusta se por algum motivo esquecer-me de alguns nomes, saibam que se não estiverem aqui, com certeza estarão em meu coração.

Primeiramente, quero agradecer a Deus, meu Pai e grande amigo, que me dá suposto físico e emocional para enfrentar meus problemas e, me afagando nas horas mais difíceis.

Aos meus queridos pais, Lunalva e Zacarias Tavares, pessoas que sempre me apóiam e que me fazem acreditar que posso ser sempre melhor.

Aos meus queridos, Luciano, Lerly, Luiz, Fabrício, Tarcisio e Tarso, meus homens, meus amigos, meus irmãos, a quem confio e posso contar em todas as horas.

Às minhas queridas tias: Isabel Pacheco, Maria Feliz (in memoriam), Bete Pacheco, Merinha e à mãe Jaja, pelo apoio financeiro sempre que necessito, mas principalmente, pelo carinho e confiança que depositam em mim.

A Prof<sup>a</sup>. Dra. Olinda Rodrigues, minha orientadora, que compreendeu meus limites se mostrando uma grande amiga e sempre disposta e interessada pelo tema trabalhado. Meu muito obrigada!

Ao Prof<sup>o</sup>. João Santos Nahum, do PPGEQ, que aceitou o convite para participar da banca de defesa desse trabalho.

Aos professores do curso, Prof<sup>o</sup> Dr. Josep Vidal, Prof<sup>a</sup> Dra. Nádia Fialho, Prof<sup>a</sup> Dra. Vera Gomes, e especialmente, ao Prof<sup>o</sup>. Dr. Carlos Maciel, sempre se mostrando dispostos a colaborar com o conhecimento.

À Prof<sup>a</sup>.Dra. Joana Valente e a Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Elvira, que sempre se mostraram dispostas a conversar sobre o trabalho desenvolvido, colaborando com bibliografias e contribuições, meus sinceros agradecimentos.

Aos meus bravos colegas do Curso de Mestrado, em especial, Jéssika Paiva, Mirian Salomão, Welson Cardoso, Fábila Jaqueline, Sócrates, Terezinha, Antonia, Sônia Bahia e Sônia Batista, em nome dos demais.

À Elizabeth Castro, sempre disposta a colaborar no seu trabalho de secretaria, mas que se mostrou uma grande e fraterna amiga durante esse período.

Aos homens e mulheres trabalhadores urbanos e rurais (sr. Glória Gaia, sr. José Roberto, sr. Benedito sr. Xavier, sr. Deodônio, sr. Raimundo, sr. Domingos e sr. Francisco, sra. Ana), sujeitos sonhadores e lutadores que disponibilizaram uma

parte do seu tempo compartilharam seu conhecimento, concedendo entrevistas, conversando horas, andando nos seus pequenos “sítios” mostrando a plantação, o poço, os animais, sem eles a pesquisa empírica não teria sido alcançada.

Ao sr. Pedro Nolasco (Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento rural e Econômico, Franquimar (APACC), Cássio Flexa (EMATER), Danúzio Pompeu (IBGE).

Aos colegas de Cametá Ana Paula, o Assistente Social Antonio, e demais colegas da casa, que contribuíram durante a minha permanência em Cametá.

Aos companheiros do IAGUA, Prof. Msc. Sandra Helena, Sue, Rodrigo, Marcos, Cleonice, Rai, Ligia e especialmente, a Solange Gayoso, que foi a pessoa que estimulou a discussão desse trabalho.

Gostaria também de agradecer a equipe do COMOVA, em especial, ao Prof. Dr. Saint-Clair Trindade Jr. pelo espaço no grupo e pelas discussões sobre pequenas e médias cidades na Amazônia, que contribuíram significativamente na construção dessa dissertação.

E finalizando quero agradecer, especialmente, ao Julio Cezar, que tem se mostrado um grande companheiro, me dando força, acreditando no meu trabalho, aguentando minhas crises e superando problemas ao meu lado! “Só nós dois sabemos ser príncipes sem nenhum tostão”. E.T.A!!!!

A dupla ruptura epistemológica tem por objetivo criar uma forma de conhecimento, ou melhor, uma configuração de conhecimentos que, sendo prática, não deixe de ser esclarecida e, sendo sábia, não deixe de estar democraticamente distribuída (Milton Santos).



## RESUMO

O referido trabalho traz uma reflexão sobre a definição do rural e do urbano em uma pequena cidade do Estado do Pará, Cametá, a qual possui uma particularidade no que tange a definição desses espaços, provocando um conflito tanto no que diz respeito ao processo de planejamento territorial, quanto a implantação de políticas e na identidade dos sujeitos envolvidos. O assentamento Cinturão Verde e a Vila de Cametá-Tapera são aglomerados que demonstram as dificuldades de acesso a serviços e ausência do poder público municipal na implantação de políticas, principalmente, em programas para fomento da agricultura, afetando diretamente a condição de vida e de trabalho da população local. Para a realização da pesquisa utilizou-se uma abordagem dialética, e como método de pesquisa realizou-se um levantamento e análise bibliográfica, aplicação de entrevistas junto ao poder público municipal, às instituições governamentais do local como IBGE, EMATER, representante dos movimentos sociais e moradores do assentamento Cinturão Verde e Cametá-Tapera. Por meio da análise, concluiu-se que Cametá a partir das suas particularidades amazônicas vivencia dilemas relacionados à definição dos espaços urbano e rural, revelando a importância da construção de novos critérios, os quais possam atender as especificidades, especialmente, das pequenas cidades.

**Palavras-chave:** relação rural-urbano, urbanização, política pública, desigualdade.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Mapa nº 01</b> – Mapa de localização dos Distritos Administrativos do Município de Cametá.....	59
<b>Mapa nº 02</b> – Mapa dos bairros da malha urbana de Cametá.....	69

## LISTA DE FOTOS

<b>Fotografia 01</b> – Casa Comercial de Cametá.....	57
<b>Fotografia 02</b> – Porto do distrito de Carapajó.....	60
<b>Fotografia 03</b> – Orla de Cametá.....	70
<b>Fotografia 04</b> – Reprodução de mudas.....	63
<b>Fotografia 05</b> – Plantação.....	63
<b>Fotografia 06</b> – Criação de peixe.....	74
<b>Fotografia 07</b> – Processo de produção da farinha.....	75
<b>Fotografia 08</b> – Alimento para criação de porcos.....	75
<b>Fotografia 09</b> – Anexo da escola na Vila de Tapera.....	76
<b>Fotografia 10</b> – Sala de aula improvisada (pátio de uma casa).....	76
<b>Fotografia 11</b> – Estilo de casa na Vila de Tapera.....	77
<b>Fotografia 12</b> – Banheiro da casa da dona Rosa.....	78
<b>Fotografia 13</b> – Contraste: antes e depois do assentamento .....	80
<b>Fotografia 14</b> – Reunião de esclarecimento durante o processo de construção das unidades habitacionais no assentamento.....	81
<b>Fotografia 15</b> – Assentamento Cinturão Verde.....	81
<b>Fotografia 16</b> – Poço amazônico com bomba d'água.....	84
<b>Fotografia 17</b> – Casa com energia clandestina.....	84
<b>Fotografia 18</b> – Oficina de trabalho/ construção de grade.....	85
<b>Fotografia 19</b> – Ferramenta de trabalho-triciclo.....	87

<b>Fotografia 20</b> – Criação de Frangos.....	89
<b>Fotografia 21</b> – Criação de patos da raça Paysandu no assentamento.....	90

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro nº 01</b> – Distribuição da população de Cametá de acordo com os Distritos Administrativos e suas respectivas áreas rurais.....	54
<b>Quadro nº 02</b> – Quadro de atividades econômicas de Cametá.....	61
<b>Quadro nº 03</b> – Evolução de Cametá por bairro.....	68

## LISTA DE SIGLAS

**APACC** – Associação Paraense às Comunidades Carentes

**BASA** – Banco da Amazônia S. A

**CONTAG** – Confederação Nacional de trabalhadores na agricultura

**EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**ITERPA** – Instituto de Terra do Pará

**FNO** – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

**OCDE** – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**PIRJUS** – Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável à jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

**SEMAGRI** – Secretaria Municipal de Agricultura

**STR** – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

# SUMÁRIO

## RESUMO

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

## LISTA DE QUADROS

## LISTA DE SIGLAS

INTRODUÇÃO.....	
.13	

## Capítulo I. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADE

1. A ORIGEM DA CIDADE.....	19
1.1. A CIDADE URBANA CAPITALISTA: CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE? UMA REALIDADE DA EUROPA À AMAZÔNIA.....	24

## Capítulo II. OS DILEMAS NA DEFINIÇÃO DO URBANO E DO RURAL

2. O QUE É O URBANO E O RURAL: DEFINIÇÃO OU SEGREGAÇÃO?.....	35
2.1. O RURAL: ESPAÇO DE RESISTÊNCIA OU NOVA ESTRATÉGIA DO CAPITALISMO?.....	40
2.2. A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS NO MEIO URBANO E RURAL.....	47

## Capítulo III. A DEFINIÇÃO DO RURAL E DO URBANO EM UMA PEQUENA CIDADE: O CASO DE CAMETÁ – PARÁ

3. O MUNICÍPIO DE CAMETÁ: DE ALDEIA A CIDADE.....	51
3.1. A ESTRUTURA URBANA DE CAMETÁ.....	56
3.2. CAMETÁ: UMA CIDADE (R)URBANA.....	62
3.2.1. O processo de expansão da Cidade de Cametá: padrões de ocupação e evolução dos núcleos.....	66
3.2.2. A definição dos espaços e sua influência no modo de vida da população.....	70

**Capítulo IV. O URBANO E O RURAL E SUAS INFLUÊNCIAS EM DOIS AGLOMERADOS DE CAMETÁ – PARÁ: O CINTURÃO VERDE E A VILA DE CAMETÁ-TAPERÁ.**

**4. A VILA DE TAPERÁ: UM NÚCLEO URBANO NO RURAL?.....72**

**4.1. AS CONDIÇÕES DE VIDA E INFRAESTRUTURA NA VILA DE TAPERÁ.....75**

**4.2. O RURAL DENTRO DA CIDADE: A REALIDADE DO ASSENTAMENTO CINTURÃO VERDE.....79**

**CONSIDERAÇÕES FINAIS.....92**

**REFERÊNCIAS.....96**

**ANEXOS**

## INTRODUÇÃO.

A compreensão sobre o rural e o urbano na região amazônica não é uma tarefa simples em virtude das suas particularidades e singularidades que a diferenciam de outras regiões, seja pelo quantitativo populacional existente nessas cidades ou pela ótica da própria divisão social do trabalho juntamente com a divisão social territorial. Apesar de dados estatísticos mostrarem o crescimento da população urbana, a Amazônia, especialmente, o estado do Pará, possui sedes de municípios eminentemente rurais, tendo como referência as pequenas cidades.

A motivação para estudar sobre a temática surgiu a partir da minha inserção como bolsista de pesquisa no Observatório de Políticas Públicas, Conhecimento e Movimento Social na Amazônia – COMOVA, onde trabalhou-se uma análise da dialética do rural-urbano, tendo como objeto de pesquisa a feira do produtor rural em Santarém. Posteriormente a isso, pude fazer parte da equipe de elaboração dos Planos Diretores Participativos de cinco municípios do Baixo-Tocantins, entre eles Cametá, quando foi possível ter um envolvimento com os sujeitos sociais e, ter conhecimento das demandas dos habitantes de Cametá a partir da elaboração do Plano Diretor Participativo – PDP.

Esta pesquisa traz a realidade de uma pequena cidade do Pará, Cametá, uma cidade ribeirinha, da região do Baixo-Tocantins, apresentada desta forma, pela importância deste elemento nos aspectos econômico, social e cultural do local, desde a sua colonização até os primeiros anos do século XXI. Esta cidade, apesar das transformações urbanas como a construção de duas rodovias a PA-151 e a PA-156, atual BR-422, o rio ainda é considerado o elemento principal para o acesso a diversos aglomerados do município, especialmente, para sua sede.

Este elemento é a principal via de circulação de pessoas e dos produtos comercializados, no caso de Cametá, o açaí, o pescado e o camarão ainda são os principais produtos, oriundos da zona rural por famílias ribeirinhas que através desse trabalho garantem sua sobrevivência.

Sabe-se que o Brasil sofreu de forma tardia o processo de urbanização, mas após obtê-lo, foi expandido de forma acelerada, alcançando inclusive cidades médias e pequenas sendo afetadas por grandes projetos, principalmente, de redefinição econômica, e automaticamente sofrendo intervenções de infra-estrutura, proporcionando um crescimento no grau de urbanização. Segundo Monte-Mór

(2007), nos anos de 1970, a taxa de urbanização do Brasil era de 56% transformando o caráter rural do país. Para o mesmo autor, o processo de urbanização não minimizou a dicotomia entre cidade e campo, e “os espaços urbano e rural permaneciam distintos em suas formas socioespaciais e processos socioculturais” (MONTE-MÓR, 2007, p. 93). Mas o objetivo do trabalho não é instigar a oposição entre urbano e rural, mas sim demonstrar que os critérios estabelecidos pelas agências oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para definição do que é urbano e rural não correspondem a realidade, principalmente, das pequenas cidades do estado do Pará, que apresentam uma relação rural-urbano intrínseca .

A pesquisa mostra que a partir da definição, esses espaços podem obter ou não serviços e investimentos em políticas públicas, principalmente no que tange os programas de financiamento e infra-estrutura em lugares mais afastados ou considerados menos importante politicamente, visto que há uma concentração de serviços e políticas nas áreas centrais, entende-se que o processo de desigualdade existente nesses espaços está relacionado diretamente a ausência de um planejamento territorial que possa garantir as demandas da população.

Estudiosos como Lima et al (2007), Marques (2002), afirmam em seus estudos que a definição dos espaços como urbano e rural, especialmente, em pequenas cidades é feita de forma arbitrária, provocando conflitos de cunho político e identidade. Diz-se político visto que essa definição fica sob responsabilidade do poder público municipal, e a “linha” que separa o rural e o urbano, geralmente representa interesses citadinos e setoriais, já que a separação geográfica entre esses espaços foi superada em decorrência do crescimento das cidades. Ainda no aspecto político, conseqüentemente, aglomerados mais distanciados apesar de definidos com urbanos e, principalmente, os considerados rurais, que erroneamente são vistos como responsabilidade da União e do Governo do Estado e não do Poder Municipal, contrapondo as normas da elaboração do Plano Diretor, entendido como instrumento de Gestão e Planejamento de todo o município.

Diante do exposto, o estudo levanta os seguintes questionamentos: A ausência de critérios mais consistentes provoca uma possível indefinição tanto no plano teórico quanto no plano empírico? Qual a influência dessa definição na implantação de políticas públicas nesses espaços? As quais são demonstradas e comprovadas, a partir da interpretação da população local enquanto sujeitos rurais ou urbanos, do



cotidiano dessas pessoas no que tange suas práticas e relações, bem como a influência direta na condição de vida e de trabalho dessas pessoas.

Esse conflito torna-se ainda mais intenso, quando se trata da realidade da cidade de Cametá, onde as áreas destinadas à expansão urbana possuem uma orientação rural, tanto no aspecto econômico, quanto cultural. Porém, isso não significa que há um afastamento do urbano, mas sim uma interação entre cidade/campo, urbano/ rural, levando em consideração, especialmente, as atividades que as famílias desenvolvem como diversas estratégias de sobrevivência e que para isso precisam circular constantemente entre esses dois espaços (RAVENA-CAÑETE, 2001 apud GUERRA, 2006).

A pesquisa é de cunho exploratório, o trabalho de campo foi realizado durante o mês de setembro e outubro de 2008, sendo que todas as entrevistas foram realizadas no primeiro mês, o segundo momento foi destinado a tentativa de documentos sobre os objetos estudados, como o processo de doação, construção e legalização do assentamento Cinturão Verde, registros sobre as instituições e organizações da cidade como o sindicato e o processo de atuação da igreja católica, já que esta obteve grande participação no processo de implantação de programas de fomento a agricultura, bem como em alguns órgãos como o INCRA e a EMATER, onde não se obteve muito êxito.

No estudo, o trabalho empírico, foi estabelecido a partir de entrevistas semi estruturadas, com representantes do governo municipal para a obtenção de informações sobre a efetivação de instrumentos de planejamento, aprovados através do Plano Diretor Participativo, da realização de parcerias para implementação de políticas para agricultura e como são elaborados os critérios para a definição do urbano e do rural, também foi entrevistado representante da EMATER, para ter o conhecimento sobre o trabalho de assistência técnica para o pequeno produtor nesses aglomerados, do IBGE e Banco da Amazônia. Pensou-se ainda em realizar entrevistas com técnicos e funcionários do ITERPA, mas apesar de ainda ter havido uma aproximação com este órgão não foi alcançado o objetivo, em virtude do instituto não possuir nenhuma informação sobre os dois objetos de estudo, e com o INCRA, também não foi possível em decorrência de uma modificação de gestor, o que dificultou o contato, neste o objetivo era conhecer o processo de construção e legalização do assentamento Cinturão Verde.

Em um segundo momento, realizou-se entrevistas com representantes da Colônia de Pescadores do município, representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR, associação de mulheres, representante do projeto “Educação no Campo”, representantes da Ong APACC que desenvolve trabalhos de produção agrícola, representante da prelazia de Cametá, bem como cinco moradores do assentamento Cinturão Verde e seis da vila de Tapera, na entrevista com estes últimos, foram enfatizadas questões sobre a concepção de identificação desses sujeitos enquanto seu local de moradia, seus hábitos, sua prática econômica e cultural.

A dissertação é constituída por quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo faz-se um retrospecto sobre a origem da cidade até a formação da sociedade urbana, enfatizando as transformações urbanísticas e culturais para a construção do espaço urbano, que para Castells (1982) apud Santos e Vitte (2006, p. 03), é como,

um produto material em relação com outros elementos materiais, entre eles os homens, os quais contraem determinadas relações sociais, que dão ao espaço, uma forma, uma função, um significado social, o espaço como expressão concreta de conjunto histórico na qual uma sociedade se especifica.

Castells (1982) enfatiza que na sociedade capitalista o sistema econômico é o sistema dominante, é ainda o elemento de produção e o alicerce da organização espacial. Ainda é exposto que o processo de formação da cidade urbana foi constituído a partir da complexidade das sociedades, com símbolos e significados desse espaço até os dias atuais.

Sabe-se que a partir do sistema capitalista a cidade passa a apresentar uma nova dinâmica, voltada especificamente para produção de riqueza, é vista concomitantemente como o lugar de bens, de oportunidades, de melhores condições de vida e de trabalho, mas é também o espaço da desigualdade, da pobreza e da exploração. Diante dessa realidade Lefebvre (2001), diz que a cidade é observada como um lugar ilusoriamente civilizado e desenvolvido e que suas ações e seu dinamismo intensificam a desigualdade e a segregação sócio-espacial, ocasionando uma crise social.

Após destacar o processo de formação da sociedade urbana, o segundo capítulo, é construído a partir de reflexões sobre a definição do espaço urbano e

rural, citando estudiosos como Grabois (2001), Marques (2002), Abramovay (2000), Veiga (2002), entre outros, que debatem sobre os critérios para definição desses espaços, as consequências do processo de urbanização e alguns se contrapondo a idéia de atraso atrelado ao espaço rural. Destaca-se também a ausência de critérios mais consistentes para a caracterização e definição desses espaços e o processo de implantação de políticas. Para Veiga (2002), o não estabelecimento de uma definição de “cidade” é a falha da promulgação do Estatuto da Cidade, fato que favorece a permanência do Brasil como um dos países mais atrasados no âmbito da divisão territorial, sem ressaltar que em muitas situações tal definição é realizada de maneira improvisada.

Seguindo essas análises, o terceiro capítulo enfatiza a relação urbano rural no contexto capitalista, contrapondo a visão dicotômica, bem como negando o “fim” do rural, o qual é atrelado a industrialização do campo ou ainda pelo crescimento desordenado da cidade, e com isso a inserção de sistemas de objetos e sistemas de valores destacados por Lefebvre (1991).

Este capítulo retrata a realidade da cidade de Cametá enquanto cidade ribeirinha, primeiramente foi feito uma retrospectiva do processo de formação de Cametá, desde a época da sua colonização até a atualidade, levando em consideração seus ciclos econômicos e a influencia destes no crescimento da cidade, o processo de urbanização, o surgimento dos bairros periféricos, a expansão urbana. Além disso, é retomada a discussão sobre a relação urbano rural no município.

O quarto e último capítulo retoma as questões levantadas anteriormente a partir dos objetos de estudo, a Vila de Tapera, considerada parte da zona urbana e o assentamento Cinturão Verde, denominado como espaço rural, demonstrando as desigualdade em investimento de recursos e implantação de políticas em espaços mais longínquos do centro da cidade, confirmado que áreas periféricas e, principalmente, o rural sofrem constantemente com a ausência de serviços que garantam uma condição de vida adequada as suas famílias estabelecida a partir da definição dos espaços.

Foram ressaltadas as condições de vida e de trabalho dos moradores desses dois lugares, a realização de parcerias para o fomento da atividade econômica, as dificuldades para obtenção de empréstimo pelos programas como o FNO e o

PRONAF, precarizando o trabalho e dificultando o desenvolvimento local e a qualidade de vida dos moradores.

## Capítulo I

### O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADE.

#### 1. A ORIGEM DA CIDADE.

O processo de formação da cidade foi iniciado bem antes do sistema capitalista, fazendo com que esse espaço tivesse alcançado diversos formatos, funções e diferentes graus de complexidade em cada modo de produção.

O surgimento das primeiras cidades ocorreu na Ásia e na Mesopotâmia, posteriormente foi desenvolvido na África e no restante da Ásia, incluindo Índia e China, somente depois, expandiu-se para o Mediterrâneo e Europa a partir das civilizações Grega e Romana. No novo continente, nas Américas, ficou sob responsabilidade dos Maias e Astecas povos que desenvolveram as primeiras cidades. Sobre esse processo Souza (2003, p. 46) apud Braga e Carvalho (2004, p. 106), destacam que estas resultaram de,

[...] transformações sociais gerais – econômicas, tecnológicas, políticas e culturais -, quando, para além de povoados de agricultores (ou aldeias), que eram pouco mais que acampamentos permanentes de produtores diretos que se tornaram sedentários, surgem assentamentos permanentes maiores e muito mais complexos.

Essas transformações sociais vivenciadas no surgimento das primeiras cidades se deram a partir de um longo processo de organização da sociedade que se inicia com os núcleos familiares, os quais eram responsáveis pelo regimento das *leis e normas* em cada clã, “o estudo das antigas regras de direito privado nos faz entrever, para além dos tempos chamados históricos, um período dos séculos durante o qual a família aparece como única forma de sociedade existente”, explica Coulanges (2005, p. 88).

Essa forma antiga de sociedade foi considerada como uma sociedade de limitações, tanto materiais quando se tratava do número de pessoas em relação aos

acazos e as próprias necessidades cotidianas, bem como para as necessidades morais<sup>1</sup> ressaltando a existência de deuses domésticos adorados pelas famílias, esses deuses eram antecedentes que passavam a ser adorados pelos seus descendentes.

A religião para essa sociedade era sagrada e foi a partir dela que os homens e mulheres constituíram suas regras, nesse período a mistura entre as famílias era proibida para os que seguiam a religião doméstica, sendo permitida a união entre elas somente para a celebração de um grande culto em comum, ou seja, religioso. Mas sem situações que pudessem prejudicar a religião particular. Esse conjunto de famílias, a partir das celebrações religiosas<sup>2</sup>, formou um grupo, o qual recebeu o nome de *fratria* pela língua grega e de *cúria* pela latina. Dessa forma, deu-se origem a uma pequena sociedade modelada exatamente sobre a família, dentro delas existiam assembléias, deliberações, um chefe, havia um deus<sup>3</sup>, um culto, um sacerdócio, uma justiça e um governo. Assim, a junção de várias cúrias ou fratrias deram origem a uma tribo. Percebe-se pelo exposto que as tribos foram constituídas a partir da religiosidade das famílias, outro fator incontestável que havia era a relação entre o homem e a natureza que também influenciava na vida social, econômica e religiosa, o que supostamente contribuiu na origem de figuras divinas atreladas a força da natureza, como demonstra Coulanges (2005, p. 91),

O homem dos primeiros tempos encontrava-se continuamente em presença com a natureza [...]. O seu olhar deliciava-se perante todas as belezas ou mostrava o seu deslumbramento perante as suas grandezas. Apreciava a luz, receava a noite e, ao ver reaparecer 'a santa claridade dos céus', reconhecidamente se recolhia. A vida estava inteiramente nas mãos da natureza: esperava a nuvem bendita da qual a sua colheita dependia.

Porém, apesar da constituição das tribos, considerada outra etapa daquela sociedade, a junção entre famílias permaneceu proibida, influenciada pela questão religiosa. Porém, as tribos eram reunidas por diversas fratrias<sup>4</sup>, e assim, muitas

---

<sup>1</sup> Coulanges (2005) retrata as necessidades morais estabelecida somente a partir da religiosidade.

<sup>2</sup> Para Coulanges (2005), essas populações antigas, possuíam duas religiões, a primeira e talvez a oficial tinham como deus divindades domésticas, que era representada pela adoração dos antepassados e como símbolo principal o lar, e a segunda adoravam deuses considerados de natureza física, algumas figuras como: Zeus, Hera, Atena, Juno.

<sup>3</sup> Nas fratrias/ cúrias, existiam vários deuses, porém sobressaía-se o deus mais poderoso e a ele eram feitas as adorações.

<sup>4</sup> Coulanges (2005), ao desconsiderar a causa que determinou a união das tribos não ressalta como e quando essa aliança foi estabelecida.

tribos puderam se associar, tendo como critério o respeito pelo culto de cada uma das fratrias, para Coulanges (2005, p. 95), e essa aliança, foi que favoreceu o nascimento da cidade,

A sociedade humana, nesta raça, não se engrandeceu como um círculo, que se alargasse aos poucos, de lugar em lugar, mas ao contrário, pela junção de pequenos grupos, constituídos já há muito tempo. Muitas famílias formaram as fratrias, muitas fratrias a tribo, e muitas tribos a cidade. Família, fratria, tribo, cidade são, portanto, sociedades perfeitamente análogas e nascidas uma das outras por uma série de federações.

Sendo a formação da cidade estabelecida a partir de núcleos familiares estes vivenciaram um longo processo para a formação de grupos maiores, que primeiramente, deu-se a partir do agrupamento de famílias e não pela agregação de novos indivíduos nas já existentes, além dessa particularidade não possuíam o habito de se locomoverem constantemente, o que pode ter provocado uma demora nas modificações dessa sociedade.

Para o mesmo autor a cidade nessa organização não apresentava uma força sobre as instituições existentes na época, assim, não tinha o poder de intervir nas questões religiosas ou civis de nenhuma das tribos, cúrias e famílias, o que favorecia a permanecerem independentes realizando seus próprios cultos e hábitos. Posteriormente, a cidade passa a ser mais importante na vida das pessoas, pois um membro daquela sociedade somente era reconhecido como cidadão após sua apresentação a cidade,

O homem entra em épocas diversas nas quatro sociedades e de qualquer modo subindo de uma para outra. A criança, primeiramente, é admitida na família por cerimônia religiosa realizada logo dez dias depois do seu nascimento. Alguns anos mais tarde, entra na fratria através de nova cerimônia (...). Enfim, aos dezesseis ou dezoito anos, apresenta-se para ser admitido a cidade. Neste dia, diante do altar e da carne fumegante da vítima, pronuncia o juramento pelo qual se obriga, entre outras coisas, a respeitar sempre a religião da cidade. A partir desse dia está iniciado no culto público e eis que se torna cidadão. (COULANGES 2005, p. 96).

Porém, apesar da influência religiosa e do processo demorado na instituição de algumas cidades antigas, Coulanges (2005), diz que nem todas as cidades foram

estabelecidas a partir da mesma organização, o que nos faz entender que estas podem ter percorrido tempos mais curtos para a sua formação ou ainda influenciados por outros aspectos.

A cidade em cada sociedade possui uma função e está atrelada às relações existentes nelas, Coulanges (2005, p. 100), diz que na sociedade antiga cidade e *urbe* não eram sinônimos, pois “a cidade era a associação religiosa e política das famílias e das tribos; a *urbe*, o lugar de reunião, do domicílio e sobretudo o santuário desta sociedade”.

Para Monte Mór (2007), a existência da cidade independia da residência dos membros da comunidade no território delimitado pelo *urbanum* do local que residiam os membros da comunidade, não sendo obrigatório ser chamado de *urbanum*, “isto é, o espaço construído a partir dos sulcos do arado puxado pelos bois sagrados”, já passando a ter um papel destacado e símbolo de civilização, “a urbe – magnificada e simbolizada na *urbs* de Roma – passou a ser o território que materializou a sociedade politicamente definida pela polis ou pela *civitas* (de *civis*), dando sentido acabado a idéia de civilização”. (MONTE MÓR, 2007, p. 95).

Entende-se que este autor observa a cidade além do seu espaço físico, como o local da concentração de pessoas, para ele esse espaço estava relacionado as instituições, o espaço de poder e discussões, o processo econômico não era o único que movimentava a cidade.

Posteriormente, a formação da cidade ganha força a partir do processo da divisão da sociedade em classes sociais fundadas na divisão social do trabalho<sup>5</sup>, tornando-se então mais complexa. Além desse aspecto, Braga e Carvalho (2004), ressaltam a evolução da agricultura como um fator importante para o fortalecimento da mesma, o que favoreceu um excedente da produção e a sua estocagem, permitindo uma maior comercialização. Diante dessas modificações a sociedade passa a obter novas necessidades, e surgem novos ramos de atividades, e com isso

---

<sup>5</sup> Segundo Bottomore (2001, p. 112), Marx, em *O Capital* I, cap. I, adota a definição a divisão social do trabalho como “a totalidade das formas heterogêneas de trabalho útil, que diferem em ordem, gênero, espécie variedade”. Assinalando que a divisão do trabalho é uma condição necessária para a produção de mercadorias pois, sem atos de trabalho mutuamente independentes, executados isoladamente uns de outros, não haveria mercadorias para trocar no mercado.



o acúmulo de pessoas, o dinamismo, a troca, como mostra Braga e Carvalho (2004, p. 105),

A existência de excedentes de alimento implicou novas necessidades: alguém deveria construir os depósitos de alimentos, alguém deveria proteger os depósitos de alimentos, alguém deveria distribuir os alimentos e alguém deveria organizar a produção, a estocagem, a proteção e a distribuição do excedente. A existência de excedentes também possibilitava as trocas, o comércio, e logo surgiram aqueles que se especializaram nessa atividade.

A cidade passa a se tornar um espaço de riqueza, de novas atividades e novas necessidades e, seus habitantes permaneciam aglomerados em um único lugar, onde havia certa estrutura que possibilitasse a vida cotidiana e a realização das trocas e dos cultos religiosos e a necessidade de mão-de-obra para a produção. Dessa forma, Braga e Carvalho (2004, p. 106), afirmam que “assim estava criada a cidade, fruto da evolução da técnica e da divisão social do trabalho, lugar de concentração da riqueza, das trocas, do poder político e do poder religioso”. É também nesse contexto, segundo os autores, que a cidade passa a abrigar,

[...] produtores, não-produtores, funcionários (escribas), sacerdotes, artesãos especializados, como carpinteiros, ferreiros, ceramistas, joalheiros, tecelões e construtores navais, os quais contribuirão com suas manufaturas para o florescimento do comércio entre os povos.

No capítulo se traz a concepção de cidade ao longo do processo histórico, a qual foi compreendida como um espaço de importância no aspecto político, religioso, cultural, um local de cidadãos. Sendo vista como espaço da civilização, no entanto com o avanço tecnológico, a cidade intensifica sua importância no processo civilizatório da sociedade.

No decorrer deste item, a partir da leitura dos autores citados, entre eles Carvalho (2004), compreendeu-se que um dos processos que fortaleceram a cidade partiu do campo, a partir do excedente de produção, permitindo uma maior comercialização e, conseqüentemente novas necessidades humanas. Posteriormente a esse progresso a cidade passa a ser entendida como um local que abrange oportunidades, voltada para o processo de desenvolvimento, de profissionais especializados para atender as novas necessidades dos seus habitantes surgidas

conjuntamente com a complexidade desse novo contexto, influenciando no cotidiano e na condição de vida das pessoas, é o início da construção da cidade urbana capitalista, a qual terá como seu foco principal a economia. Na cidade urbana, a política, o trabalho, a divisão territorial é comandada pelo mercado, ela mesma torna-se uma mercadoria.

### 1.1. A CIDADE URBANA CAPITALISTA: CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE? UMA REALIDADE DA EUROPA À AMAZÔNIA.

Apesar da formação da cidade atravessar os modos de produção anteriores é somente a partir do século XIX, especificamente, com a Revolução Industrial, que a cidade passa a obter uma lógica diferenciada dos demais modos. Pois como citamos anteriormente, a cidade foi palco de reuniões religiosas e políticas, ou seja, espaço de cidadãos. A partir da formação do capitalismo, esta passa por modificações ocasionadas por uma dinâmica inovadora, dada pela industrialização e pela urbanização, processos considerados associados, elementos essenciais para o desenvolvimento do fenômeno denominado de sociedade urbano-industrial, uma vez que, de acordo com Braga e Carvalho (2004, p. 106), “as cidades se urbanizaram na medida em que se industrializaram”.

Nos diferentes modos de produção a cidade exerceu distintas funções em diferentes graus de importância, porém é somente com o surgimento do capitalismo, que ela passa a desempenhar um papel mais destacado e capaz de interferir no rumo ou na vida das pessoas, que por sua vez observam a cidade como um espaço de oportunidades. Assim sendo, a cidade neste sistema torna-se o lugar da acumulação do capital, da concentração de riqueza, da intensificação da divisão social do trabalho, da civilização e da contradição.

Assim, a cidade se torna o local para morar, para trabalhar, para (sobre)viver, o trabalhador migra para a cidade em busca de *sonhos* e passa a viver em condições sub-humanas, em péssimas moradias e servindo de mão-de-obra barata para a geração do lucro. Dessa forma, ela deixa de ser um lugar do cidadão, como era entendida na antiguidade, e passa a ser o espaço do consumo, de construções materiais e de aglomerados de indivíduos. Porém, Braga e Carvalho (2004, p.106),

enfocam que a cidade é mais que construções físicas, aglomerado de casas e indivíduos, ela é “[...] por excelência, o lugar das trocas, do comércio, das inter-relações de pessoas e de lugares. É o lugar para onde convergem os fluxos, materiais e imateriais, de gente, de riqueza, de poder, de saber”.

Lefebvre (2001) destaca que o processo da industrialização, especialmente com a invenção da máquina a vapor e da máquina para trabalhar o algodão, afeta diretamente o modo de vida de famílias que residiam no campo, em virtude da transferência da mão-de-obra dos tecelões às máquinas, influenciando na migração destas para o espaço de “oportunidades”.

Essas transformações ocasionaram um fluxo acelerado de pessoas para o centro urbano, a cidade passa a se distinguir como o espaço de acontecimentos, das instituições e de serviços como narra Monte Mór (2007, p. 94):

A cidade é caracterizada como o espaço do poder, da festa, das trocas e da concentração do excedente coletivo, constituindo a centralidade da comunidade organizada onde se concentram as instituições, leis e mecanismos de gestão, os serviços religiosos e as manifestações culturais, os monumentos, as trocas no mercado e os serviços coletivos de apoio a vida cotidiana.

Porém, apesar da cidade ser sinônimo de todos esses adjetivos, Lefebvre (2001, p.11), ao citar Engels mostra que a revolução industrial, *concentrada na cidade*, reduz o operário, antes trabalhador do campo, ao simples papel de máquina, “arrancando-lhes os últimos vestígios de atividade independente, mas compelindo-os, a desempenhar seu papel de homens”.

A *imagem* da cidade capitalista como espaço de riqueza, de saber, de poder é confirmada por Lefebvre (2001), pois para este estudioso ela é um espaço de acumulação de riqueza, de encontro, do poder, mas acrescenta o seu oposto, o *ilusoriamente* civilizado, já que a cidade também é o lugar da desigualdade, da desconfiança, da violência, da segregação sócio-econômica e espacial, o belo e o feio, o contraste e a incoerência visíveis, os bairros *feios*, já enfatizados por Engels (1988) que desde o século XIX, a cidade torna-se o retrato dessa contradição.

Para Marx e Engels (1986), com o processo de industrialização a cidade capitalista intensifica a separação entre cidade e campo, caracterizada como símbolo maior da divisão do trabalho físico e intelectual. Por mais que essa divisão exista desde a transição da barbárie à civilização, é somente a partir do surgimento do capitalismo que é intensificada a dicotomia entre esses espaços e do trabalho desempenhado neles. Em *A ideologia Alemã* é trabalhado essa separação e a contradição que expressa antagonismos e conflitos, evidenciando que quanto mais complexa for a sociedade, maiores e mais intensas suas contradições, assim, “o antagonismo entre cidade e campo começa com o passo da barbárie à civilização, da organização tribal ao Estado, da localidade à Nação e se estende através de toda a história da civilização até os nossos dias” (MARX E ENGELS, 1986, p. 50).

Esse novo contexto e a intensificação dessa dicotomia, provoca um desequilíbrio na condição de vida da população oriunda do campo, submetendo-os a *subempregos* e péssimas condições de moradia, essa realidade impulsiona Engels a analisar o modo de vida dos trabalhadores na cidade industrial, enfocando dois fatores a divisão do trabalho e a inovação tecnológica. Sobre isso, o estudo de Engels apud Lema (1997, p.21), diz que:

A transformação destas forças produtivas leva necessariamente a transformação da força de trabalho, a sua concentração próxima ao capital, modificando a distribuição espacial da população. O tecelão agricultor, que morava no campo e mantinha relações do tipo feudal com o proprietário da terra, converte-se em operário urbano, deixando para trás o ritmo e estilo artesanal de produção que são substituídos pelo tear. Passa a viver amontado com a sua família perto do local de trabalho, mesmo destino dos pequenos proprietários ou arrendatários rurais.

Para entendermos essa realidade, podemos destacar dois elementos, que segundo Lefebvre (2001), são responsáveis por essa dicotomia, o primeiro, já citado anteriormente, é a divisão do trabalho, responsável pela intensificação do conflito entre cidade e campo e o segundo elemento é a ideologia que permeia esse espaço, a qual se estabelece pela relação de civilização atrelada à cidade e de atraso ligado ao campo. Essa dissociação entre cidade e campo foi intensificada ainda no início do século XIX, impulsionada pelo aumento da utilização de tecnologias manufatureiras na cidade e pelo alargamento do mercado em sua produção de mercadorias e crescimento da produtividade do trabalho nas indústrias. Digo

“intensificada” porque desde a antiguidade há um antagonismo e divergência entre os dois espaços, como mostra Bettin (1979) apud Lema (1997, p.20), “(...) dentro de uma nação esta se traduz, antes de tudo, na separação do trabalho industrial e comercial em relação ao trabalho agrícola, e dessa forma, na separação da cidade e o campo e na oposição dos seus interesses”.

A concepção de cidade para Marx e Engels (1986) apud Leme (1997, p. 16), se estabelece a partir do fato de que é nesse espaço que a divisão do trabalho encontra condições para o seu pleno desenvolvimento, já que é na cidade que aparece a necessidade da administração, da política e dos impostos, além disso, a cidade é uma obra capaz de aglutinar pessoas e coisas.

[...] da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, do prazer e das necessidades, ao passo que o campo serve de exemplo ao fato contrário, ao isolamento e a solidão. A oposição entre cidade e campo só pode se dar dentro da propriedade privada.

Essa lógica que enfatiza a caracterização do campo como um espaço de atraso e da cidade de oportunidades, impulsiona o homem do campo a migrar para essa nova realidade, rompendo com as relações estabelecidas com a terra, com o trabalho e com seu próprio modo de vida. A migração da população para os centros urbanos, possibilitou o acúmulo de mão-de-obra barata, considerada desqualificada, e a produção da acumulação do capital, porém no sistema capitalista tanto na cidade quanto no campo a lógica da acumulação submete o homem à condição de explorado do seu trabalho para garantir suas necessidades básicas de sobrevivência.

Com a industrialização, a vida na cidade é alterada e as pessoas passam a vivenciar outra dinâmica e novas necessidades. É a partir dessa realidade, que a vida urbana no século XIX é observada e analisada por Engels em *A Situação da Classe Operária na Inglaterra (1845)*, levando em consideração o modo de vida dos proletariados da cidade industrial, assinalando as contradições da vida urbana e considerando aquela situação da classe operária resultado de um processo ocasionado por fatores como a divisão do trabalho e a inovação tecnológica<sup>6</sup>. Como mostra Leme (1997, p. 103),

---

<sup>6</sup> Naquele período inseria-se no processo produtivo a máquina a vapor.

A crescente divisão do trabalho, a ampliação do comércio e as formas de propriedade localizadas como produto do trabalho acumulado, isto é do capital, transformam a cidade em cidade capitalista. Nela se encontram concentrados os meios de produção e a força de trabalho. As novas atividades produtivas levam ao aprofundamento da divisão entre trabalho físico e intelectual e a uma mais aguda divisão entre cidade e campo.

Para Leme (1997), essas novas atividades na cidade capitalista provocam uma mudança na força produtiva e na força de trabalho, que passam a se concentrar próximo ao capital e aos meios de produção ocasionando uma mudança no espaço territorial, seguindo uma lógica da concentração do capital, que está relacionada com o crescimento da cidade, “o crescimento da cidade se relaciona com o crescimento da acumulação capitalista, sendo a tendência à concentração cada vez maior nas grandes cidades” (p. 103).

É nessa contextualização que o trabalhador sai do campo, onde possuía uma relação direta com a terra, produzindo e colhendo alguns produtos indispensáveis para suas necessidades básicas, sem a fragmentação do seu trabalho, sabendo “o que” e “para que” produzir. Porém, com o advento da *modernização*, são motivadas pela busca de melhores condições de vida e “maravilhadas” com a concentração de serviços no centro, mas que se converte em um operário e sobrevive juntamente com inúmeras famílias em condições de sub-moradia, com taxas de aluguel elevadas, residências constantemente próximas ao local de trabalho.

A realidade desses homens e mulheres que partem para a cidade moderna, passam a se submeter a precárias condições de vida e moradia, transformando-se em pessoas que representam *risco* à burguesia. Engels em *A questão da Habitação*, mostra claramente a realidade de Manchester e como o operário inglês sobrevive na cidade capitalista daquela época e como a burguesia está interessada, mesmo que indiretamente, na situação de vida daquela camada, já que as conseqüências da pobreza também os afetava.

As modernas ciências naturais provaram que os chamados ‘bairros feios’ onde amontoam-se os trabalhadores são os centros de todas as epidemias que periodicamente experimentam as nossas cidades. Os germes da cólera, do tifo e da febre tifóide, varíola e de outras doenças devastadoras espalham-se no ar pestilento e nas águas contaminadas destes bairros operários [...] que então propagam-se dos seus lares até os bairros mais arejados e mais sadios dos senhores capitalistas (ENGELS, 1988, p. 35).

E completa ressaltando que a comprovação científica do medo e o risco que os burgueses corriam, é concretizado pela criação de fundações, instituição de propostas e até publicação de livros em favor da saúde dos operários, pura demagogia desta classe que estava preocupada somente com sua própria saúde, para isso *“nomearam comissões governamentais para investigar as condições sanitárias de classe trabalhadora (...)”* (p.36).

No processo acelerado de construção de fábricas, a mobilidade populacional ocasiona uma modificação na paisagem trazendo consequências tanto para a cidade quanto para o campo, pelo fato de que a cada indústria erguida surgiam novas aglomerações por perto, vilarejos cresciam em torno da acumulação do capital. *“Do pequeno povoado nasce uma pequena cidade, da pequena cidade uma grande cidade”* (ENGELS, 1845, apud LEME, 1997, p.17). Dessa forma, percebe-se que quanto maior a cidade maior a capacidade de acumulação do capital, devido a atração que exerce sobre a força de trabalho.

Segundo Lefebvre (2001), a cidade urbana provoca novas relações sociais, a insegurança, o isolamento, a indiferença e o conflito. O homem do campo acostumado a ter uma relação direta com a natureza e com a vizinhança, passa a viver isolado, tendo contato diariamente com uma máquina, trabalhando quase doze horas, penalizado e alienado, principalmente, em relação ao trabalho, mas também em outros espaços e relações, na prática cotidiana como um todo. Neste âmbito, a divisão de classes também é analisada por Engels como um fator que influencia na segregação e na dicotomia entre campo e cidade e, essa divisão segundo Lema (1997, p.17),

[...] envolve um conflito que, gerado na cidade, estender-se-á à nação toda. O campo se submete à cidade, o tipo de trabalho, as condições de vida e a exploração invadem o campo desarraigando a sua população e proletarizando-a. Engels coloca a desordem urbana como uma manifestação da ordem burguesa, da exploração exercida por uma classe em relação a outra. A cidade reflete esse fenômeno.

E nesse contexto o proletário na cidade capitalista, especialmente do século XIX tem uma função de vender sua força de trabalho em função do processo de acumulação do capital, visto que a cidade urbana capitalista tem lógica maior, a acumulação do capital.

Os pobres oriundos do campo não eram assistidos nesse espaço e o destino dessa população era viver em casebres, amontoados, sem condições de higiene, nas periferias, lugares abandonados e com a ausência de serviços urbanos. Engels, em *A questão da habitação*, enfatiza a cidade de Manchester construída de forma segregada, e diz que mesmo vivendo nela não se esbarra num bairro operário, caracterizando uma estratégia de embelezamento e de segregação entre ricos e pobres, dessa forma Lefebvre (2001) caracteriza o urbano como um espaço de extrema desigualdade, com crise social, violência, prostituição, de segregação sócio-espacial e alienação gerando uma separação entre o belo e o feio, o centro e a periferia, áreas de ricos e pobres, respectivamente.

Essa segregação é visualizada a partir do processo de industrialização e urbanização, e expandida para além dos países europeus, haja vista que nos países considerados pobres, o processo de urbanização está atrelado a expulsão dos pobres de áreas que sofrem revitalização para atender aos interesses da burguesia e do mercado.

Levando em consideração a análise de Engels, feita na Inglaterra, ou ainda na cidade de Manchester percebe-se que a cidade vive uma crise, ao mesmo tempo em que produz e acumula capital, explicitando uma contradição gerada no interior desta. As grandes cidades potencializam os conflitos, tais como a mendicância, o alcoolismo, os desmonte dos laços familiares, mas para Bettin (1982) apud Lema (1997, p.18), concomitantemente ao caos, a cidade oferece um futuro, pois “*a massa recentemente chegada à cidade, desorganizada, desorientada e débil, quando conseguir se unir, se constituirá numa força*”.

A título de confirmação da constituição dessa força Lema (1997), ressalta a concepção de cidade para Engels, que é um espaço de conflito e de consciência da situação de opressão vivida pela classe operária e é nesse espaço que se deve combatê-las, e assim o proletariado se converterá num ator político, do outro lado a burguesia utiliza a cidade como instrumento de reafirmação, aglomerando trabalhadores e acumulando capital.

Alguns teóricos afirmam que Marx não deu a devida importância à cidade em suas obras, entre eles o próprio Lojkine, mas na sua obra maior *O Capital*, compreende-se que quando se fala em condições de vida, de moradia, de trabalho, da situação de desigualdade, das conseqüências provocadas pelas transformações ocorridas, em especial, a divisão do trabalho está se problematizando a cidade, os



conflitos vivenciados, a escassez, a produção da pobreza e da riqueza, a cidade está internalizada nessas discussões justamente por acontecer nela. Para confirmar a afirmação, em relação a ênfase sobre a cidade dada por Marx, destaco Lema (1997, p.19), quando diz que:

Marx focaliza também o estado da moradia operária e as péssimas condições de higiene e amontoamento, em contraste com o embelezamento da cidade (bairros residenciais e áreas comerciais e bancárias). Resgata como as municipalidades, diante do perigo de contágio de doenças infecciosas, instauram a política de higiene encarregada do despejo das casas e cômodos considerados inservíveis; política que na realidade tendia ao agravamento das situações, deixando famílias inteiras em piores condições ou sem alternativa de moradia.

Essa condição de moradia revela a precariedade de vida da classe operária, bem como a função da cidade, a partir de uma lógica mercadológica estabelecida pela burguesia, demonstrado ainda que essa mesma classe aglutinou a população para a produção do capital, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade privada nas mãos de poucos, mesmo que isso traga grande desconforto a grande maioria.

Diante da lógica capitalista, a cidade estabelece uma relação de utilidade, onde tudo e todos são transformados em mercadorias<sup>7</sup>, inclusive os trabalhadores/operários, os quais vendem sua força de trabalho, e como forma de pagamento recebem um salário, que satisfaz suas necessidades básicas de sobrevivência, não compreendem o processo produtivo e vivem em função do trabalho, que por sua vez gera mais-valia ao capitalista. Esse é o processo que faz com que o capitalismo permaneça vivo, a cidade moderna produz e reproduz riqueza e pobreza, encontros e desencontros, ricos e pobres.

A questão da moradia, que é considerado um dos principais problemas da cidade capitalista só poderá ser superado, segundo Engels, com a abolição do modo de produção capitalista. Dessa forma, Lema (1997, p. 21), diz que assim “*acabar-se-á com as formas de apropriação que mantêm a moradia como um bem privado em proveito de uns poucos*”, diz ainda que Engels propõe uma solução conjuntural que é desapropriação dos atuais proprietários por parte dos miseráveis sem teto que moram amontoados nas cidades do capital.

---

<sup>7</sup> A mercadoria numa concepção marxista é considerada um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. (K. Marx. O Capital. Cap I: A mercadoria)

É assim a vida na cidade capitalista, composta pela concentração e acumulação da riqueza e do lucro. Contraditoriamente é caracterizada pela diferença, pela violência, pelo desemprego e pela miséria que se intensifica a cada instante demonstrado pelo aumento do número de pessoas que residem em lugares inóspitos, onde a moradia, a infraestrutura e os serviços básicos são precários.

No Brasil, a industrialização no início do século XX foi o processo que fortaleceu a urbanização<sup>8</sup>, esta foi considerada tardia, desordenada e acelerada e, provocando desigualdade no aspecto urbanístico, espacial e ambiental. Esse processo foi entendido como o caminho para o desenvolvimento e a modernização do país, várias cidades vivenciaram reformas urbanísticas, obras de saneamento básico, ou seja, o chamado processo de embelezamento, sendo Belém uma delas. Mas toda essa modificação tinha como objetivo principal alterar o papel do Brasil, já que até meados do século XIX, o país apresentava-se como uma característica eminentemente agrária e vinculada a hegemonia da economia agroexportadora.

Anterior ao início da urbanização a população brasileira estava concentrada no campo, relacionada aos ciclos econômicos como o caso do café. Braga e Carvalho ressaltam (2004, p. 108), que “em meados do século XIX, São Paulo não passava de uma pequena cidade provinciana sendo suplantada por cidade como Recife e Belém”. Segundo Santos (1998), até o início do século XX apenas 1% da população vivia em áreas urbanas e apenas quatro cidades brasileiras possuíam mais de 100 mil habitantes, sendo: Rio de Janeiro (691 mil), São Paulo (239 mil), Salvador (205 mil) e Recife (113 mil). A cidade de São Paulo em 1900 já era a segunda maior cidade brasileira, em consequência da cafeicultura.

Maricato (2008), diz que somente a partir da segunda metade do século XX o Brasil passou a vivenciar um intenso processo de urbanização, e demonstra com números absolutos “em 1940 a população que residia nas cidades era de 18,8 milhões de habitantes e em 2000 ela era de aproximadamente 138 milhões” a autora conclui que em sessenta anos os assentamentos urbanos foram ampliados para abrigar mais de 125 milhões de pessoas. No entanto, esse processo intensifica-se nas últimas seis décadas do século passado, tanto que em 1960 a população já se tornava consideravelmente urbana. Em 2000 a população passa a ser

---

<sup>8</sup> Esses dois fenômenos, não obstante do vivenciado na Europa durante o século XIX, também fez parte da realidade brasileira, mesmo que um século depois.

eminentemente urbana, com um percentual de 81%<sup>9</sup>. Santos (1998, p. 69), descreve esse processo da seguinte maneira:

Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva à revolução demográfica dos anos 50, tivemos, primeiro, uma urbanização aglomerada, com o aumento do número - e da população respectiva - dos núcleos com mais de 20.000 habitantes e, em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermediário, para alcançarmos, depois, o estágio de metropolização, com o aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias (em torno de meio milhão de habitantes).

A partir do processo de urbanização, o capitalismo tenta alcançar e transformar cada pequeno espaço, sendo um lugarejo, uma vila, uma cidade pequena ou uma metrópole. Na Amazônia, em especial no Pará, apesar das pequenas cidades terem eminentemente características e funções rurais, ainda assim é percebida a cultura da urbanização.

Sabe-se que essa “cultura” se intensificou com o a implantação dos grandes projetos na Amazônia, ocasionando o surgimento de novas cidades que passam a ter um papel fundamental no amadurecimento desse processo na Amazônia.

Além disso, a urbanização provocou o surgimento de novos fenômenos urbanos, um deles é o que Santos (1998) chama de *metropolização*. Uma metrópole é um conjunto de aglomerados urbanos composto por vários municípios<sup>10</sup>, até a Constituição de 1988 as regiões metropolitanas eram criadas pelo Governo Federal, posteriormente os próprios estados passaram a ser responsáveis pela criação dessas regiões aderindo normas próprias. Hipoteticamente, podemos refletir que essa transferência de responsabilidade do governo Federal ao Estadual, contribui para o fortalecimento dessa urbanização, ou ainda para distorções tanto da criação de regiões metropolitanas pouco expressivas demograficamente ou ao contrário, pequenos estados, passassem a criar várias regiões metropolitanas, mais que as grandes metrópoles.

Sobre a formação de regiões metropolitanas, Santos (1998), ressalta que não é suficiente apenas uma definição legal, ela deve ir mais adiante, pois para ele o fenômeno da metropolização corresponde à macrourbanização e que tal

---

<sup>9</sup> Fonte: IBGE, 2000.

<sup>10</sup> A definição legal de metrópole é de uma região formada por vários municípios administrativamente autônomos, mas integrados físico e funcionalmente, formando uma mancha urbana contínua.

denominação só deveria ser aplicada as aglomerações urbanas com mais de um milhão de habitantes.

Outro fenômeno destacado por Santos é o crescimento das cidades médias<sup>11</sup>, Para Santos (1998), esse fenômeno está atrelado, principalmente, as transformações econômicas ocasionadas pela globalização, implicando em mudanças significativas na dinâmica econômica e urbano-regional, principalmente no sentido de uma maior urbanização do interior e de uma maior concentração da população em cidades de porte médio.

Esse processo é evidente em diversas regiões do país, inclusive na Amazônia, no entanto discutir esse fenômeno nessa região requer uma preocupação maior em decorrência de suas particularidades, não se pode e nem se deve comparar a formação de uma cidade média na região do centro-sul com uma cidade média na Amazônia, no entanto, nossa discussão aqui se dá sobre o que é urbano na Amazônia, tendo em vista uma cultura diferenciada do restante do país.

---

<sup>11</sup> Para Santos, conceito de cidade média é relativo tanto histórica quanto geograficamente. Quando o país apresentava um terço da população urbanizada, cidades com 20 mil habitantes eram consideradas de porte médio, atualmente com 81% da população vivendo em áreas urbanizadas, novos estudos passam denominar cidades médias, aglomerados entre 100 mil a 500 mil habitantes.

## Capítulo II

### OS DILEMAS NA DEFINIÇÃO DO RURAL E DO URBANO.

#### 2. O QUE É O URBANO E O RURAL: DEFINIÇÃO OU SEGREGAÇÃO?

Como dissemos anteriormente, o Brasil foi um importante país agrário, e teve este papel até meados do século XX, quando se inicia o processo de industrialização. Estudiosos como Veiga (1991) e Abramovay (1992), levantam que o processo de avanço da agricultura moderna capitalista brasileira foi sustentada a partir da configuração familiar, havendo uma articulação entre as formas familiares e o avanço do capitalismo, situação que provoca uma diferenciação entre os demais países.

Essa singularidade é enfatizada no prefácio da 3ª edição da obra *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão* de Abramovay (2007, p. 11), onde é destacado que,

A configuração da moderna agricultura capitalista se apoiou numa forma social de trabalho e empresas específicas e políticas que é a empresa familiar, contrariando dessa forma, duas tradições científicas e políticas muito fortes: a que sempre preconizou que o desenvolvimento generalizaria as unidades produtivas baseadas no uso exclusivo ou predominante da mão-de-obra assalariada (...); e também a que, inversamente, via a agricultura camponesa como modelo.

Diferentemente de demais regiões, pode-se dizer que esta “empresa familiar” ainda está presente nas cidades da Amazônia, não aquelas que realizam o agronegócio, mas refiro-me as pequenas cidades amazônicas que apresentam como atividade predominante a agricultura familiar, como é o caso da cidade em estudo, a qual se revela através de heranças, onde os membros das famílias se aglutinam, constroem suas casas, e produzem em suas terras. As pequenas cidades que apresentam essa atividade econômica, geralmente apresentam características são evidentemente rurais, não apenas influenciados pela economia, mas significativamente, pela cultura.

Em diversas regiões o rural está relacionado ao grande capital, com inovações tecnológicas, utilizações de produtos químicos para aceleração da produção, as famílias donas dos latifúndios apresentam hábitos e costumes urbanos e não moram

em suas extensas terras. Essa realidade também condiz a muitas cidades do Pará, porém se distancia do vivenciado em Cametá, onde a população possui hábitos simples, de cultura cabocla, de resistência e permanência em suas terras. Apesar de esta cidade apresentar em sua estrutura física, certo desenvolvimento arquitetônico, influenciado pela colonização, pode-se dizer que ainda aponta indícios de uma cultura tradicionalmente cabocla, e é da zona rural que vem o sustento econômico da cidade, porém isso não é suficiente para que haja uma maior preocupação por parte do poder público para um melhor desenvolvimento socioeconômico dessas famílias.

Esse descaso é reflexo a ideologia do urbano, tido como hegemônico, o avançado, o desenvolvido por definições oficiais e, o rural como um espaço atrasado e que progressivamente será “transformado” pelo processo de urbanização, ou seja, o fim do rural. No entanto, a partir desse estudo vemos que a realidade Amazônica, especialmente nas pequenas cidades do Pará, está distante dessa possibilidade, pois apesar do processo de urbanização e a cultura urbana estarem presente nos lugares mais “isolados”, é visível de maneira intensa a presença da cultura rural.

Para suprimir a idéia do “fim” do meio rural, Marques (2002), enfatiza a importância do avanço dos movimentos sociais no campo, tornando-o necessário para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento, vale ressaltar que este desenvolvimento deve estar além da perspectiva econômica e setorial.

Nas pequenas cidades esse rural é atrelado ao urbano, a convivência, as atividades econômicas, os vínculos de vizinhança, a própria paisagem, os dados quantitativos, incluindo população urbana e rural, densidade demográfica. Mas, em virtude da homogeneização dos critérios estabelecidos no Brasil as singularidades das regiões não são atendidas. Diante disso, entende-se como fundamental construir critérios que atendam tais especificidades.

No Brasil a definição do rural e do urbano se estabelece através de critérios político-administrativo, não apenas intensificando a desigualdade entre os espaços, resultando a dicotomia regida por um longo tempo, mas também mantendo o Brasil estagnado no ponto de vista de definição do que é urbano e rural. O debate sobre o urbano/rural partem de diferentes abordagens, mas muitos trazem como ponto de partida a insatisfação sobre a definição desses espaços, como mostra Schneider, Blume (s/a, p. 04)

A insatisfação com as definições do que seja rural que se adotam no Brasil e a crítica à normativa que o IBGE utiliza, assentada em um critério político e administrativo que decorre da definição dos perímetros urbanos pelo poder público local (executivo e legislativo municipais), restando a simplificação que o rural se define como a área física que resta depois de definido o que seja urbano.

A responsabilidade do poder público em estabelecer o que é urbano e rural, reflete na “importância” dada a alguns espaços, confirmando o que Bernardelli (2006, p. 33), onde a concepção de urbano passa a ser aplicado inúmeras vezes para qualificar o espaço, onde entende-se a implementação de políticas e serviços de forma mais concentrada, ou mesmo para conferir as relações em um determinado espaço.

Apesar de alguns avanços e elaboração de instrumentos para o planejamento e gestão territorial, como o Plano Diretor e o próprio Estatuto da Cidade, não foi desenhado novos critérios para abranger tal definição, permitindo a perpetuação do *equívoco urbano*, trabalhado por Veiga (2002), resultado da ausência de um detalhamento de parâmetros para a urbanização.

O exemplo disso é a definição ultrapassada que considerada urbana toda a sede de município e/ou distrito<sup>12</sup>, estabelecida no período do Estado Novo e que até hoje vigora, apesar da construção de novos instrumentos, como o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), que não inseriu uma nova definição de “cidade”, como observa Veiga (2002, p.55), “ele (o Estatuto) não define o que é cidade, prolongando a vigência de uma aberração que coloca o Brasil entre os países mais atrasados do mundo no ponto de vista territorial”.

Legalmente a definição de área urbana, a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-1999), se dá por representações materiais, “caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por construções decorrentes do desenvolvimento urbano e aquelas reservadas a expansão urbana”.

A partir dos critérios adotados pelo IBGE, percebemos que existe uma contradição entre o que deveria ser urbano e o que é urbano no Brasil, e em especial, na Amazônia, pois nessa região em diversas sedes de municípios<sup>13</sup> não há uma dinamização de cidade urbanizada, no que diz respeito às funções da cidade.

---

<sup>12</sup> A sede de município é denominada de cidade e distrito de vila.

<sup>13</sup> Refiro-me especialmente a pequenas cidades do estado do Pará.

Ao nosso entender, a utilização de apenas critérios quantitativos pode provocar uma leitura confusa do que venha a ser uma cidade urbana, ou seja, a ausências de critérios mais elaborados e de diversos aspectos, na tentativa de evitar o que Veiga (2002), define como equívoco urbano, dando destaque para o número de habitantes, e para o tamanho da sede do município.

Para autores da sociologia francesa e para norte-americanos<sup>14</sup> que intitularam a "new urban sociology", Sant'Anna (s/a, p. 02), diz que estes defendem a compreensão do urbano como um espaço,

[...] socialmente produzido, assumindo diferentes configurações de acordo com os vários modos de organização socioeconômica e de controle político em que está inserido. Ganha importância a interação entre as relações de produção, consumo, troca e poder.

Ainda para a autora, neomarxistas franceses, veem o urbano como possibilidade de explicações para diversos fenômenos sociais, dessa forma, estudiosos como Lefebvre e Lojkine, a partir da década de 1960 passam a propor novos padrões para a reflexão sobre a questão, assim "politiza-se a questão urbana e surgem novas questões: os movimentos sociais urbanos, os meios de consumo coletivo, a estruturação social do território na sociedade capitalista e o papel do Estado na urbanização" (GONÇALVES, (1989, p. 71) apud SANT'ANNA (s/a), p. 03).

Rodrigues (1998), no seu estudo sobre a segregação social em Belém, defende a idéia que o espaço urbano pode ser definido a partir do seu processo social<sup>15</sup>, destacando as "transformações físicas do espaço que se torna urbano e a participação dos atores envolvidos, através de suas práticas, interesses, concepções e contradições" (RODRIGUES, 1998, p. 28), a idéia se dá levando em consideração que o espaço urbano vive um processo contínuo caracterizado pelas forças sociais existentes e, assim, acrescentando novos critérios para uma proposta de reelaboração do urbano. Sant'Anna (s/a) destacando Louis Wirth, estudioso da Escola de Chicago, ressalta que a cidade possui uma cultura urbana, que transcende os limites físicos da cidade, propagando tal estilo de vida, influenciando o seu entorno, e dessa forma, a cidade passa a ser vista como o lugar do surgimento do urbanismo como modo de vida.

---

<sup>14</sup> Entre os fundadores a autora cita C. Wright Mills e Floyd Hunter considerando os mais influentes.

<sup>15</sup> Entendemos que a concepção defendida por Rodrigues (1998), afina-se com a apontada por Lefebvre e Lojkine por destacar a questão da participação dos atores que compõem a cidade.



A cidade urbana é historicamente a sede do poder, é nela que além da aglomeração das construções, está a dominação ideológica, política e administrativa, é onde estão concentradas as agências oficiais, os grandes monumentos, a beleza, mas é conseqüentemente, o lugar da pobreza, da contradição, do considerado feio, por fim, a cidade é fruto das relações e do processo de desigualdade da sociedade capitalista, como expressa Braga e Carvalho (2004, p.110)

A cidade é produto e condição de reprodução de uma sociedade. Sua estruturação física em diferentes bairros, ricos e pobres, setores urbanos, salubres e insalubres, apropriações da natureza, centros e periferias são as manifestações das relações sócio-econômicas, do acesso desigual aos meios e condições de produção e de trabalho, historicamente determinadas. Em suma, a estruturação interna de uma cidade reflete a organização social tanto na sua produção como na distribuição dos seus bônus.

A cidade capitalista passa a ser o espaço de contradições, do espaço do consumo, da arte e das construções, mas é principalmente um espaço constituído por pessoas, que buscam trabalho, condições dignas de vida, porém, a segregação e a desigualdade tornam quase impossível essa realidade.

Este espaço pode receber infinitas compreensões, Braga e Carvalho (2004), ressaltam uma delas, da cidade ser uma grande casa, que deve ser de todos, e por isso deve ser bem cuidada. “A casa é o abrigo, a morada do indivíduo; a cidade é a casa maior, o habitat do homem social, político, civilizado, culturalmente enriquecido, ou seja, um aspecto cada vez mais presente no homem contemporâneo” (Idem, p.111). Percebemos que os autores relacionam a cidade a todas as esferas, e fazem uma relação do homem desenvolvido à necessidade de permanecer na cidade, porque é nela que o homem pode exercer suas atividades culturais definido como processo civilizatório.

Mas se formos levar em consideração a pobreza, e o lado *feio* da cidade, verificaremos que a cidade também pode ser considerada um lugar do isolamento, do caos. Essa realidade é intensificada pelos fenômenos da urbanização e da globalização, que impõe uma ordem restritamente econômica, favorecendo uma produção acelerada de pobres, de excluídos e marginalizados.

Segundo Monte-Mor (2007) é na cidade que está contido o poder, a dominação político-ideológica, da produção e da indústria, e é também nela que se reúne as

classes dominante e dominada, condicionante para a acumulação do capital, como mostra Marx (1967, vol. 1, p. 595) apud Harvey (2005, p. 44), sobre a “missão histórica da burguesia” na fórmula “acumulação pela acumulação, produção pela produção”.

Mas se levarmos em consideração que a cidade, também reúne a classe dominada, ela também será palco de reivindicações e manifestações, que caracterizam os conflitos, dados a busca por direitos e por transformações na sociedade capitalista. Como define Santos (2007, p. 114),

Crescentemente reunidas em cidades cada vez mais numerosas e maiores, e experimentando a situação de vizinhança, essas pessoas não se subordinam de forma permanente à racionalidade hegemônica e, por isso, com frequência podem se entregar a manifestações que são a contraface do pragmatismo.

A cidade na lógica capitalista se torna ainda no espaço de utilidade e de consumo, até mesmo as pessoas passam a ter o determinado valor, e também são transformadas em mercadorias, tornando-se uma aliada para o desenvolvimento do capitalismo.

## 2.1. O RURAL: ESPAÇO DE RESISTÊNCIA OU NOVA ESTRATÉGIA DO CAPITALISMO?

Apesar do entrelaçamento dos espaços rural e urbano, a lógica capitalista caracteriza o rural como espaço de atraso pelas ausências, ou como espaço para exploração, atualmente, partir do agronegócio, comércio que além de degradar o meio ambiente ainda fortalece a desigualdade e a expulsão de famílias das suas respectivas terras.

Vimos anteriormente que segundo o IBGE, o urbano é definido por construções e quantidade populacional, o rural é caracterizado pela ausência destes. Segundo Grabois (2001), ao definir esses espaços não é evidenciada a função peculiar destes aglomerados, considerado por ele como um fator fundamental na diferenciação. Ratificando esta idéia Marques (2002), diz que nessa classificação o rural passa a

ser visto como um espaço definido por suas carências, e ainda acrescenta a arbitrariedade do poder municipal nessa definição.

O espaço rural corresponde a aquilo que não é urbano, sendo definido a partir de suas carências e não de suas características. Além disso, rural, assim como o urbano, é definido pelo arbítrio dos poderes municipais, o que, muitas vezes, é influenciado por seus interesses fiscais. (MARQUES, 2002, p. 97)

A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, considera como unidade de base rural toda a unidade administrativa ou estatística elementar com densidade inferior a 150 hab/ Km<sup>2</sup>. Ainda enfatizando o índice populacional na definição para esses espaços Abramovay (2000), classifica as regiões em três categorias, sendo elas:

1. Essencialmente rurais, que são os aglomerados que possuem mais de 50% da sua população regional habitando em unidades de base rurais;
2. Relativamente rurais, sendo as que apresentam entre 15% e 50% da população regional habitando em unidades de base rurais; e
3. Essencialmente urbanizadas, são aquelas em que menos de 15% da população regional habitam em unidade de base rurais.

O contingente populacional é uma variável importante na definição desses espaços, porém não deve ser o único, pois entendemos que este precisa estar associado a outros importantes fatores. Essa variável evitaria a definição de cidades que apresentam um contingente populacional insignificante.

Se a definição do rural se estabelece a partir de suas carências, isso demonstra que há uma deficiência na qualidade de vida das pessoas que lá residem. Segundo dados do IPEA, a pobreza é mais elevada no campo do que na cidade, o índice de escolaridade é baixo, havendo uma taxa elevada de analfabetismo. Diante dessa realidade, o rural apresenta diversos problemas no âmbito da implantação de políticas básicas como água tratada, energia, educação e saúde, que provoca diversas consequências, inclusive, na saúde dessas famílias. Quando nos referimos ao serviço de energia para o campo, a concepção urbana

capitalista surge evidenciando frases preconceituosas<sup>16</sup>, como “o caboco só bebe água se for gelada, (...) quer assistir novela”.

Tais expressões caracterizam o descaso e o preconceito com o rural, ou ainda a interpretação de que o homem rural deve permanecer isolado, sem obter serviços considerados básicos, a energia não está somente relacionada ao acesso a “novela”, mas também a própria condição de vida. Essa idéia não está atrelado a todo homem do campo, mas em especial ao pequeno produtor rural, ao pescador, o que não cabe aos donos de grandes espaços de terra, esses não precisam que os serviços cheguem até suas terras.

Mas, contraditoriamente, a esse sinônimo de *atraso* é o meio rural que abastece a cidade, sendo ela pequena, média ou grande. É também nesse espaço que ainda há uma preservação da paisagem, da cultura e da própria resistência ao modo de vida, e até de uma resistência ao modo de produção capitalista, na troca entre produtos, prevalecendo o valor de uso, sem a circulação da moeda.

Na perspectiva da economia global, diversos estados, entre eles o Pará e o Tocantins o desenvolvimento do campo se dá a partir da implantação do agronegócio, beneficiando grandes proprietários de terra e conseqüentemente expulsando o pequeno produtor que se sente sufocado pela pressão da venda da terra e pela ausência de políticas que possibilite sua permanência naquele lugar, e assim dando espaço a grande produção. Dessa forma, percebemos que há uma transformação do espaço rural, o *desenvolvimento* chega com a mecanização, o insumo, a devastação. Segundo Elias (2003), o processo de internacionalização atinge a atividade agrícola em meados do século XX, sofrendo uma ação contínua de reestruturação e globalização, dada pela presença da revolução tecnológica que altera a ação e a forma de trabalho nesse espaço, como destaca Elias (2003, p.59) apud Santos (1996),

Seus anteriores sistemas de objetos e sistema da ação foram substituídos, seja pelo cultivo de plantas, seja pela criação de animais, visto que se mostravam incompatíveis com as novas formas de produção, distribuição e consumo, atingindo a organização de um novo modelo técnico, econômico e social de desenvolvimento agrícola.

---

<sup>16</sup> Essas expressões foram citadas pelo representante da colônia de pescadores do município, durante a pesquisa de campo realizada no dia 23 setembro de 2008, o qual também se considera um sujeito “rural”.

A incorporação da tecnologia no campo está voltada para uma maior produção, provocando uma transformação no campo, no aspecto econômico, paisagístico e, principalmente, o sócio-espacial. Nessa realidade estão incorporadas as grandes empresas multinacionais e transnacionais que se instalam nesses espaços e disseminam a produção e alastram a pobreza e a exploração do entorno.

A Amazônia, em especial, o Pará é palco dessa incorporação que provoca o empobrecimento das populações tradicionais, principalmente, a partir da influência dos ciclos econômicos e o investimento para os grandes projetos como a construção da Transamazônica. Consequentemente, diversas famílias sem perspectiva sentem-se obrigadas a abandonarem suas pequenas propriedades e migrarem para a sede do município ou para a capital do estado, porém em qualquer um desses lugares sua *nova vida* vai ser marcada pela pobreza, pois tanto na sede do município quanto na capital essas pessoas iram residir em bairros periféricos, tornando-se ainda subempregadas, e serão vistas como símbolo de marginalidade e, seus filhos vítimas da vulnerabilidade.

Porém, podemos pensar o meio rural, com modo de vida diferenciado da cidade, com relações de parentesco, do “rústico” e não sinônimo de atraso, como descreve Monte-Mor (2007, p. 100),

As relações familiares e de compadrio nas fazendas e propriedades agrícolas de diversos tamanhos, na maioria apoiadas em relações de produção pré-capitalistas, familiares e/ou servis – parceiros, meeiros, colonos, agregados, entre outros.

Já na lógica capitalista, o campo se torna um espaço de segregação, e Monte-Mor (idem) completa,

Era também o espaço das culturas de exportação nas grandes fazendas do modelo agro-exportador e o espaço da subsistência dos excluídos, dos não-proprietários, dos jecas-tatus. Assim, o meio rural era também o espaço do coronelismo, do analfabetismo, da ausência de serviços coletivos e dos sistemas de energia, transportes, e comunicação, do não-acesso aos bens industriais modernos – grosso modo, o arcaico, o não-moderno, o território do isolamento e o espaço da não-política.

O processo de desenvolvimento do campo, para o sistema capitalista, é visto apenas o âmbito econômico, sendo enfatizado o agronegócio, no entanto em algumas regiões esse espaço tem como alternativa de mudança, a presença de entidades que desenvolvem trabalhos que podem garantir, ou minimizar, problemas

de ordem tanto econômica quanto social, como é o caso da região sul do país, que pode contar com ações da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, levando, por exemplo, cursos de desenvolvimento local.

Isso demonstra que há necessidade de se criar estratégias que possibilitem um desenvolvimento que favoreça a população desse espaço, e não apenas beneficiar os reprodutores da desigualdade.

Porém, apesar da presença dessas ações, que podemos considerá-las raras, pois a maioria das regiões não possui atuações significativas de entidades que poderiam propagar o desenvolvimento do campo, firmado parcerias com o poder Federal, Estadual e municipal. Consequentemente, a ausência de investimentos, principalmente para a potencialização da agricultura, provoca o êxodo rural causados por questões demográficas, econômicas, política e cultural.

Se voltarmos a nossa discussão inicial sobre a definição do espaço rural, podemos perceber que o mesmo apresenta uma configuração complexa, ora se mostra um espaço em desenvolvimento, ora um espaço de pobreza, dependendo do ângulo pelo qual é visto. Para Santoro, Costa e Pinheiro (2004) para que haja um entendimento mais amplo sobre o mundo rural é necessário dois enfoques:

1. A “pluriatividade” das famílias rurais, ultrapassando a concepção que no espaço rural o único trabalho desenvolvido é atividade agrícola.
2. Trata-se das múltiplas funções, ou seja, produção e extração, a manutenção da biodiversidade, conservação do solo, paisagem rural, herança cultural, que ele denomina de “multifuncionalidade”.

Em parte se concorda com os autores, já que o rural não é um espaço homogêneo, se diferenciando conforme sua região, levando em consideração que em algumas o rural possui um dinamismo mais acelerado e gerador de emprego, já em outras pode-se dizer que é um espaço que não recebe quase nenhum investimento e que por isso se torna um espaço de grandes dificuldades, como é o caso do Pará, levando em consideração sua forma de ocupação e a presença de inúmeras cidades ribeirinhas, que apresentam características rurais, tendo como principais atividades o extrativismo e a agricultura, com predominância de pequenos e médios produtores, outras atividades são percebidas de forma menos intensa.

Nas pequenas cidades, a definição do meio rural é realizado pelo poder público municipal, na maioria das vezes, de forma arbitrária, e com o processo de expansão urbana desordenado, o problema se intensifica, haja vista que o espaço sofre influências, provocando modificações tanto no modo de vida daquela população, bem como provocar ações como a especulação imobiliária, parcelamento clandestino do solo rural, cobrança de novas taxas de impostos como o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, ou mesmo abrigar atividades agrícola dentro da área urbana, situação que se torna ainda mais complicada quando se enfatiza a implementação de programas e projetos para obtenção de crédito para potencializar a agricultura, que segundo critérios de programas como o PRONAF<sup>17</sup>, somente podem pleitear

Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária ou beneficiários do Programa de Crédito Fundiário do Governo Federal que ainda não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PRONAF).

No entanto, esse pleito não é tão simples, há uma série de itens que devem ser atendidos, em Cametá, por exemplo, o assentamento estudado, não há registro de nenhuma das famílias moradoras da área ter recebido o crédito. Segundo informações do próprio técnico responsável da agência do Banco da Amazônia local a obtenção não foi possível por falta de documentação das famílias, que ainda não possuem o título da terra.

Para Sparovek, Viana e Barretto (2004), os critérios que definem o limite entre o urbano e o rural considerando a base legislativa dos municípios carecem de uma normatização do critério que embase a funcionalidade dos territórios demarcados, pois estes estão ligados a interesses de grupos privilegiados, além de haver a dominação de um espaço sobre o outro. Observa que as “linhas traçadas, separando o rural do urbano, geralmente representam os interesses citadinos e setoriais ligados às forças e grupos que exploram o capital imobiliário local” (p. 15). Esse mercado de terra tem implicação direta com a demarcação dessas áreas, já que a própria Lei Federal nº 6.766/ 79, estabelece que o “parcelamento do solo só

---

<sup>17</sup>Informação retirada do site do banco da Amazônia, referente ao PRONAF A ([www.bancoamazonia.com.br](http://www.bancoamazonia.com.br))

poderá ocorrer em área urbana, de expansão urbana ou urbanização específica” (art.3).

A falta de critérios mais elaborados e que englobem diversos aspectos e os interesses de grupo podem provocar consequências principalmente para a classe trabalhadora, isso implica no que Sparovek, Viana e Barretto (2004, p.15), destacam sobre a limitação entre o urbano e o rural:

A competência de legislar sobre as delimitações dessas áreas é municipal. Na prática, constata-se que na maioria dos municípios brasileiros, os critérios que estabelecem o perímetro urbano e as áreas de expansão urbana não provêm de estudos de viabilidade urbanística e ambiental. O critério utilizado é a viabilidade econômica; constatada pelos empreendedores, solicita-se ao poder público e à Câmara de vereadores a legislação que lhe dê suporte.

Entende-se que a competência municipal de legislar é um fator que leva a esse “atraso”, pois só há interesse a determinados espaços quando o elemento econômico predomina.

Os autores acima ressaltam que a delimitação do urbano e do rural não pode ser abrupta, e sim de forma cautelosa, levando em consideração a modificação da paisagem e da função desses espaços, eles ainda definem o rural como o sinônimo de carências, a partir de uma formatação diferenciada do urbano,

No urbano os serviços e equipamentos urbanos (redes de infraestrutura, serviços, transporte público, atividades comerciais e industriais) estão consolidados e são contínuos; há alta densidade populacional e as propriedades imobiliárias são fragmentadas [...]. No rural a extensão desses serviços e equipamentos públicos é restrita ou parcial, a dimensão das propriedades é muito maior e predominam as atividades agrícolas e áreas de preservação ambiental. Nesse espaço, há enclaves de urbano (colônias, loteamentos, condomínios), mas não há continuidade espacial entre eles. (Idem, p. 16).

Com o exposto, percebe-se que a definição desses espaços implica em danos para a população que vive da pequena propriedade e da produção agrícola, esse prejuízo pode ser revestido se houver um planejamento territorial da expansão da cidade, a partir de instrumentos como o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor, o qual deve englobar tanto o urbano quanto o rural, “o Estatuto da cidade exige que os planos diretores considerem todo o município, tanto a área urbana como a rural” (art. 40, parag. 2º), a fim de buscar a integração e a complementação entre as atividades



desenvolvidas nesse espaço, bem como o desenvolvimento sócioeconômico do município.

Mas, muitas vezes, o Plano Diretor dos municípios é formulado apenas numa perspectiva de desenvolvimento territorial, por vezes atrelado a questões clientelistas, e do *engolir* o rural, o que provoca uma precariedade dos instrumentos de planejamento do território rural. O descaso e os interesses particulares na definição e a delimitação desses espaços, provoca um desconhecimento de tudo que está além do perímetro urbano, como destaca Santoro, Costa e Pinheiro (2004, p. 6), observando que “a maioria dos municípios brasileiros, dos quais poucos ainda possuem sequer mapas que mostrem as estradas, recursos naturais, vilas, etc. De fato, ainda se sabe muito pouco do que ocorre fora dos perímetros urbanos”.

Essa imprecisão pode ocasionar uma indefinição desses espaços, principalmente no aspecto empírico, pois para os moradores que *antes* residiam em espaço rural, produzindo hortaliças, vivendo do extrativismo, trabalhando na roça, *depois* se transformam em sujeitos urbanos.

Diante dessa realidade, podemos dizer que a definição dos espaços estudados, estão sendo estabelecidas por critérios sem embasamento legais, mas sim, por critérios aleatórios e numa perspectiva econômica, essa definição visivelmente está atrelada a lógica capitalista, pois o rural só se torna interessante quando voltado para o grande negócio. Não há uma perspectiva de desenvolvimento desse espaço, dessa forma é confirmada a dicotomização desses dois espaços, que ao invés de se complementarem, são cada vez mais separados pela lógica do capital. Porém, estudos revelam que a dicotomia entre esses dois espaços pode ser superada, e que a relação de interdependência entre eles é bem mais intensa e importante do que o preconceito que os separa.

## 2. 2. A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS NO MEIO URBANO E RURAL.

A dicotomia entre o urbano e o rural, não está somente na divisão do trabalho, na presença ou ausência de construções materiais ou no contingente populacional, ela também está representada na situação jurídica e fundiária, pela duplicidade de programas, projetos, ações e orçamento para o urbano e para o rural. Entre essa diferenciação está a implantação de serviços básicos como água e energia, os quais

são implementados na zona urbana através de redes de serviço, enquanto que na zona rural são instalados a partir de programas desenvolvidos pelas três esferas de governo<sup>18</sup>. Isso comprova o que abordamos anteriormente, sobre a ideologia da cidade/ urbano sobre o campo/ rural, que é presente mesmo nas sociedades agrárias, onde o campo era concedido como o lugar da produção e a cidade do consumo.

Mesmo que essa dicotomia tenha sido constituída em outras sociedades é com o fortalecimento do capitalismo que isso se torna mais intenso e mais segregador, através das mudanças provocada por este, sendo na forma do trabalho, seja ainda pelas novas necessidades surgidas. Essa idéia é defendida por Sorokn, Zimmerman e Galpin(1986), que entre as mudanças, enfatizam a maior complexidade do mundo urbano e da possibilidade de mobilidade social e espacial de sua população, destacando a rotina entre trabalho e residência.

As funções desses espaços se diferenciam em cada período da sociedade. O campo atualmente, apesar de ainda ser espaço de produção, é inserido em uma lógica capitalista, através da inserção do maquinário industrial que beneficia grandes produtores. O agronegócio é considerado uma das atividades mais lucrativas nessas últimas décadas, provocando novas relações e o surgimento de novos sujeitos sociais. Essa modificação no espaço rural, com o processo de mecanização, para alguns, é o procedimento inicial para o *fim* desse espaço, ao contrário dessa concepção, vê-se que não haverá um fim do espaço rural, há uma nova estratégia do capitalismo de dominação e de exploração. Por que se pensarmos que a modificação da atividade principal provocará o fim desse espaço é também pensarmos que não há presença de outros grupos de sujeitos além do grande proprietário de terra.

Ainda sobre essa modificação está a idéia da expansão da cidade e do tecido urbano, que abrangeria o rural, para isso é necessário a transformação da paisagem, ou a adequação desta para a visita de hóspedes urbanos, como ressalta Lefebvre (1969, p. 107), que passa a ser o “gueto dos lazeres”, a urbanização do campo, provocando a perda das suas qualidades e do seu modo de vida particular.

Esse novo contexto conduz o surgimento de novas categorias de empregados do campo, além daqueles que passam a trabalhar de forma desumana nas grandes

---

<sup>18</sup> No Caso do Pará os serviços em destaque são implantados no meio rural através dos Programas “Água para todos” e o “Luz para Todos”

propriedades, também tem aqueles que trabalham para que o homem ou a mulher de cidade, seja bem hospedada, garantindo sua volta. Não se trata aqui de ser uma negação do turismo, mas sim da relação mercadológica que se passa a ter, Abramovay defende o fortalecimento do campo através da “utilização” da forma de vida diferenciada da cidade, porém compreendemos que essa utilização está relacionada somente ao aspecto econômico, e não enfatizando uma melhor qualidade de vida para a população local.

Se formos levar em consideração as atividades desenvolvidas por esses espaços, percebemos que elas desenvolvem relações e atividades diferenciadas, mas também complementares, pois se de um lado o campo abastece a cidade com produtos primários, esta por sua vez *abastece* o campo de bens de consumo industrializados. A necessidade de bens de consumo é uma comprovação da lógica capitalista, e quando nos referimos a esses bens, estamos inserindo os eletroeletrônicos, as máquinas para a produção, roupas e os próprios costumes urbanos que passam a ser estabelecidos no rural, dificultando uma distinção entre um espaço e outro, como mostra Monte Mór (2007, p. 94)

O espaço rural e o espaço urbano são cada vez mais difusas e as formas e processos sócioespaciais que emanam das forças urbano-industriais contemporâneas organizam todo o espaço social a partir da dominância das centralidades urbanas, em suas diversas escalas, níveis e áreas de influência. Entretanto, nas três últimas décadas, as relações campo-cidade se modificaram de tal maneira que hoje é cada vez mais difícil distinguir os espaços rurais dos urbanos.

Essa falta de distinção não significa o desaparecimento do “campo”, mas sim o enlace entre os dois espaços. Sabe-se que há práticas urbanas no rural e práticas rurais no denominado urbano, essa relação faz parte da região Amazônica, visível nas suas diversas pequenas cidades, neste caso se enfatizou a realidade do Estado do Pará, que apresenta, na maioria das suas cidades, uma característica rural, seja no aspecto econômico, social e cultural.

Nas cidades Amazônicas prevalece a realização das atividades voltadas para a produção agrícola, sem concordar com a idéia que essa precisa ser a única atividade desenvolvida no espaço definido como rural, mas a atividade econômica é um dos critérios de definição utilizado pelas instituições. Nas cidades Amazônicas, em especial, as pequenas têm essa atividade estabelecida como a principal, e é a responsável pelo dinamismo da cidade.

Mesmo que outras regiões e suas megacidades apresentem outra realidade com um poderio de grandes centros industriais e comerciais, ainda assim são abastecidos com produtos primários oriundos do campo. A Amazônia por ser constituída por cidades com características rurais, possui especificidades e diversidades em um conjunto de elementos e caracterizações, as quais não são evidenciadas no processo de definição desses espaços, provocando certa indefinição destes. Provavelmente o principal equívoco seja provocado pelo uso do termo *cidade* designando a sede de município, que para Maia (s/a, p.02), se torna uma realidade brasileira,

O quadro urbano brasileiro é profundamente diverso, diversidade esta que se dá pelas diferenças de tamanho, número de habitantes, dinâmica econômica, política e cultura, enfim, pelo conjunto de elementos e caracterizações que constitui as cidades brasileiras. Tal disparidade parece ser acentuada pelo fato das estatísticas oficiais e análises tomarem por base o que se denomina quadro urbano brasileiro, ou seja, o conjunto de cidades do território brasileiro, que por sua vez corresponde ao conjunto das sedes dos municípios.

Essa realidade é também própria na Amazônia e mais intensa, pois há sedes de municípios tão pequenas que mais parecem vilas, e são consideradas cidades, constituídas por uma densidade populacional baixa, com atividade preponderantemente de produção agrícola e extrativista. Isso é reflexo de um critério administrativo sem considerar as propriedades das regiões. Sobre essa relação do rural-urbano detalharemos no capítulo III.

### **Capítulo III**

## **A DEFINIÇÃO DO RURAL E O URBANO EM UMA PEQUENA CIDADE: O CASO DE CAMETÁ – PA.**

Para a investigação deste tema, vimos como necessário fazer um resgate do processo histórico de transformação da vila de Cametá em cidade, enfatizando alguns elementos que contribuíram para a formação da cidade de Cametá, a influência política de algumas famílias, os ciclos econômicos, os investimentos em projetos urbanísticos e a inserção a cultura urbana nesse território, mas mesmo tempo conservar alguma cultura tradicional dessa população. Cametá ao ser considerada uma pequena cidade e apresentar uma realidade particular do modo de vida ribeirinho, e ainda mostrar que as cidades da Amazônia não se adequam aos critérios estabelecidos para a definição do rural e do urbano.

Este capítulo seria mais completo se alcançássemos os documentos de informação e formação da cidade nas instituições locais, mas isso não foi possível, sendo utilizadas apenas algumas bibliografias para demonstrar este processo.

### **3. O MUNICÍPIO DE CAMETÁ – PA: DE ALDEIA A CIDADE.**

O município de Cametá está localizado na mesoregião do Nordeste Paraense, na região do Baixo-Tocantins, na microregião Cametá, com uma distância de 146 Km da capital Belém, sua área é de 3.081 Km<sup>2</sup>, segundo o último censo sua população é de 105.416 habitantes. O município faz limites ao norte com os municípios de Limoeiro do Ajurú e Igarapé-Miri; ao Sul com Mocajuba; ao Leste também com Igarapé-Miri e a Oeste com Oeiras do Pará.

O acesso à cidade, mais freqüente, se dá por via terrestre, pela Alça Viária, PA – 151, até o distrito de Carapajó, uma viagem de aproximadamente seis horas, ou por via marítima em embarcações de porte grande que dura uma noite inteira, ou ainda por aviões monomotores<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Esse tipo de transporte era mais freqüente antes da construção da PA-151, (Alça Viária), utilizado por autoridades locais e com um elevado custo financeiro, atualmente é raro contratação desses aviões.

Cametá é uma das cidades mais antigas do estado do Pará, em 1620 se deu a fundação do núcleo de Cametá-Tapera<sup>20</sup>, tendo como finalidade uma Missão religiosa de evangelização e dominação dos índios Camutás. Mas, somente em 1635 é que foi oficialmente fundada a Vila de Viçosa de Santa Cruz de Cametá, chegando a ser a segunda cidade mais importante da Província do Grão Pará, a qual teve um importante papel durante o movimento da Cabanagem, tornando-se por um curto tempo sede do Governo desta Província, presidindo o cargo, o Dr. Ângelo Correa.

Cametá, encontra-se localizada às margens esquerda do rio Tocantins, tendo como seus primeiros povoados Limoeiro do Ajuru, Curuçambaba, e Carapajo. E somente em 1713 a Câmara Municipal tomou posse do território, onde atualmente está localizada a sede do município, que segundo documentos, a transferência se deu em virtude do desmoronamento de terra, como está registrado no conteúdo do contexto histórico da Lei Orgânica do Município (2006, p.11),

Como a ribanceira da Vila Viçosa desmoronasse de ano para ano pela ação das chuvas e marés, vindo comprometer seriamente a área vital do povoado, alguns já tendo desertado do local, acharam que outro local deveria ser escolhido para a Vila, de solo mais sólido e menos perigoso para a segurança coletiva.

A partir de então Cametá passa a viver uma nova fase, em um novo lugar, mas que ainda assim não apresentava grande desenvolvimento, o local era constituído de casas simples, comércio e por uma restrita elite local formada, principalmente, por donos de engenhos e por políticos, como mostra Moura (1989) apud Pompeu (2002, p. 29),

A vila de Cametá não prosperava: uma ou outra casa de telha, pertencente aos magnatas usufruidores do suor alheio, e umas dezenas de casas de palha, em que abrigavam alguns índios mais felizes, em uma vida semi-bárbara, e alguns naturais que começavam a formar o elemento genuinamente cametaense.

No núcleo urbano de Cametá<sup>21</sup> durante os séculos XVIII e XIX se apresentava de forma bastante singela com apenas três ruas paralelas ao rio e dois largos das igrejas Mercês de da Matriz. Somente na segunda metade do século XIX foram

---

<sup>20</sup> Cametá-Tapera está localizado a 12km da atual sede do município, na época da fundação, a vila possuía uma Igreja matriz e cerca de 4 pequenas ruas.

<sup>21</sup> Em 1848 a vila de Cametá é elevada a condição de cidade.

realizadas algumas obras urbanísticas com estilo europeu, novas praças e abertura de ruas, galerias pluviais, construções de igrejas, calçamento das ruas, cais de arrimo. Ainda neste século já havia a conexão com alguns aglomerados mais distantes da sede, era o caso da Vacaria (Fazenda), Cupijó (povoado agrícola), Curimã, Pacajá e Aldeia.

Mas tratando-se da expansão do município, inicialmente, se deu pela concentração de famílias em diversos povoados ao longo do rio, dada pelo laço afetivo entre seus membros ou pela dependência econômica destes. O laço familiar foi um elemento fundamental na povoação daqueles sítios<sup>22</sup>, o que daria a formação de futuros núcleos populacionais, hoje reconhecidos como distritos.

Segundo Pompeu (2002), um dos primeiros lugarejos a se emancipar como distrito de Cametá foi Juanacoeli<sup>23</sup> dada pela resolução nº 228, de dezembro de 1853, nessa localidade encontravam-se alguns engenhos cujo proprietário era o senhor Nilo Faial. Outros núcleos foram emancipados à função de distrito, e atualmente Cametá possui 10 distritos, sendo: Distrito-sede, Juanacoeli, Curuçambaba, Carapajó, Moiraba, Vila do Carmo do Tocantins, Areião, Juaba, Torres de Cupijó e Porto Grande<sup>24</sup>.

Esses distritos historicamente trazem importantes contribuições econômicas e culturais, pois foram constituídos por uma forte influência política e de famílias donas de engenhos, alguns desses distritos possuíam uma vasta extensão de terra, enquanto outros de tamanho territorial menor, distantes e com insignificante contingente populacional, mas que concentravam certo poder político e econômico.

A colonização está intrinsecamente relacionada aos ciclos econômicos, trazendo consigo processos conflituosos, tal realidade não é divergente na atualidade, pois a região amazônica vivencia constante dominação, visto que, quando no século XVII se tinha as drogas do sertão, que segundo Silva (2008), tratava-se mais que uma questão geopolítica, atualmente são outros elementos que condicionam a permanência dessa exploração do espaço, querendo inserir a Amazônia, no contexto econômico do sistema capitalista internacional.

---

<sup>22</sup> Sítio é o termo utilizado, ainda hoje, para referir-se aos estabelecimentos rurais localizados principalmente a margens de rios e igarapés.

<sup>23</sup> A palavra tem origem do latim ianua coelum, sendo que a forma primitiva da palavra é Januacoeli e como está registrado no Plano Diretor Participativo.

<sup>24</sup> A Lei Orgânica de Cametá foi promulgada em abril de 1990, sendo reconhecidos como distritos apenas os sete primeiros, porém com o processo legislativo de atualização e readequação realizada em 2006, foram instalados os distritos de Torres e Porto Grande.

Cametá não obstante de outros municípios, desenvolveu importantes ciclos econômicos, o que influenciou de forma significativa a expansão do município. Dentre esses ciclos, podemos destacar a cana-de-açúcar, a borracha, o cacau, a pimenta-do-reino<sup>25</sup> e o açaí. A cultura da pimenta, que durante os anos de 1970, obteve seu auge no município e tornou-se a principal atividade econômica, trazendo consigo mudanças nas formas de organização do município, nesse processo houve um forte envolvimento da igreja católica para a concessão de crédito, sobre isso Sousa (2002, p. 89), nos diz que naquela época,

Cametá foi marcada pelo ressurgimento de um novo ciclo econômico que conectou a dinâmica da economia local com as demandas das populações do então chamado primeiro mundo. Dessa vez o produto era oriundo da agricultura praticada na terra firme, tratava-se da pimenta-do-reino. [...] No âmbito da Igreja Católica ocorreu a implementação de uma linha de crédito voltada ao trabalho de apoio à organização das comunidades cristãs, com participação majoritária de camponeses.

A partir do ano de 1990, a produção da pimenta é quase irrisória, e segundo alguns pequenos produtores agrícolas, esse tipo de plantação, desde a época do apogeu só era possível para as pessoas que possuíam um maior poder aquisitivo.

A cidade cresceu, principalmente a partir da década de 1960, ocasionando transformações na sua organização espacial, mas apesar das transformações ocorridas e a influência da estrada, continua forte o padrão de organização espacial fundamentado na combinação rio-várzea-floresta (GONÇALVES, 2001 apud SILVA, 2008). Levando em consideração o aspecto econômico ao se tratar da comercialização de produtos primários e ainda do “próprio” modo da população se referir ao território, como por exemplo, “comunidade da beira”, que é utilizado para identificar a população residente próximo ao rio. Isso não significa que não há um fortalecimento de populações residentes nas estradas, no entanto o primeiro padrão é o predominante.

Do mesmo modo, entende-se que Cametá apesar das transformações não deixou de ser classificada como a cidade ribeirinha, pela importância do rio, como elemento que intervém no contexto social, econômico e cultural dos seus habitantes,

---

<sup>25</sup> Segundo Sousa (2002), a produção de pimenta teve seu início no município de Tomé-Açu, o qual se tornou o maior produtor da década de 1960, desenvolvida por imigrantes japoneses, e para onde muitos cametaenses se deslocaram para trabalhar na atividade, somente na década de 1970 que a cultura da pimenta passa a ser desenvolvida em Cametá.



e mesmo com as modificações e a influência do urbano, Cametá também não deixou de ser considerada a cidade dos “notáveis”<sup>26</sup>.

A partir da década de 60 até 90, segundo relatório do projeto PIRJUS (2005/2006), as transformações urbanísticas se tornaram mais aceleradas, iniciando-se um processo de expansão do núcleo urbano de Cametá. Esse período vivencia importantes processos, sendo realizado o primeiro limite do considerado urbano, que naquela ocasião se estendia até o estádio de futebol.

Foi também nessa época que surgiram novos bairros<sup>27</sup>, entre eles o Bairro Novo, Santa Maria, Matinha, Cidade Nova, Marambaia e Brasília, este último teve seu surgimento no final dos anos 1950, tratava-se de uma desapropriação feita pela prefeitura para assentar famílias oriundas de ilhas, o que conseqüentemente, nos faz refletir que já havia um aumento do número de famílias no núcleo urbano oriundas das ilhas.

Em meados da década de 1970 inicia-se um trabalho de urbanização de alguns bairros periféricos, caracterizando a expansão da cidade e a intensificação de problemas no âmbito do planejamento territorial acarretando um processo de desigualdade mais intenso na cidade.

Essa desigualdade é figurada a partir da ausência de investimento que possa subsidiar as necessidades dessa população, no âmbito da habitação, da infraestrutura, serviços e equipamentos necessários para a qualidade de vida da população local. Ainda hoje, nos primeiros anos do século XXI, as dificuldades ainda são muitas, pois as políticas públicas são ausentes na maioria desses bairros, especialmente, os mais periféricos, podemos exemplificar, com o bairro da Nova Cametá<sup>28</sup>, que fica localizado às margens do PA – 156, bem em frente ao assentamento do Cinturão Verde, sendo de um lado considerado zona urbana e de outro zona rural.

Essa aproximação entre os dois espaços tem provocado um conflito constante na construção de algumas políticas que possam proporcionar uma qualidade de vida aos moradores, principalmente, das localidades de expansão urbana e da zona rural. No artigo 4º item II do Capítulo II do Título I do Plano Diretor Participativo, onde

---

<sup>26</sup> O termo notáveis se dá pela atuação de naturais da terra se destacarem na política local.

<sup>27</sup> O surgimento dos novos bairros se deu entre os anos 1960 a 1980.

<sup>28</sup> Nova Cametá é considerado um dos bairros periféricos mais violentos da cidade de Cametá, iniciado na década de 1990, já possui alguns serviços e abastece de energia clandestina as casas do assentamento, as mais próximas da PA.

estão estabelecidos os objetivos gerais desse instrumento de planejamento é “elevar a qualidade de vida da população urbana e rural, particularmente no que se refere à saúde, à educação, à cultura, às condições habitacionais e de infraestrutura e aos serviços públicos, de forma a promover a inclusão social reduzindo as desigualdades que atingem diferentes camadas da população e distritos do Município de Cametá”. O que não está sendo cumprido, visto que, a maioria dos instrumentos de planejamento e espaços de participação ainda não foram efetivados, provocando grandes perdas a população local.

### 3.1. A ESTRUTURA URBANA DE CAMETÁ

Apesar de Cametá não ser uma cidade de grande força econômica, é considerado um importante município na região do Baixo-Tocantins, pois as cidades no seu entorno apresentam uma estrutura urbanística e de prestação de serviços inferior. A cidade possui o comércio local, que apesar de não ser tão extenso, apresenta significativo valor na vida do município, com variedades, roupas, calçados, alimentos, produtos que são comercializados, possui em sua estrutura urbana agências bancárias<sup>29</sup>, pequenos restaurantes, hotéis, instituições religiosas, um pequeno comércio, instituições de ensino, um Campus da Universidade Federal do Pará<sup>30</sup>, faculdades particulares, praças, instrumentos comunitários, meios de transporte<sup>31</sup> e hospital, entre outros serviços e equipamentos. No entanto, essa estrutura, é concentrada em áreas centrais, no núcleo urbano, no bairro central, onde estão construídas as melhores casas, e especialmente, em um espaço que atende uma clientela que visita o local<sup>32</sup>.

---

<sup>29</sup> A cidade de Cametá possui agência do Banco da Brasil, BANPARÁ e BASA.

<sup>30</sup> Os cursos ministrados no campus do município estão voltados para a licenciatura.

<sup>31</sup> O meio de transporte mais utilizado é a motocicleta.

<sup>32</sup> Destacamos aqui as épocas festivas: Carnaval, férias de julho, Festividade de São João Batista, padroeiro da cidade.



Fotografia 01: Casa comercial com detalhe para a arquitetura colonial

Fonte: Luciana Tavares, setembro/2008.

Contraditoriamente, em vilas e áreas de expansão deste núcleo urbano tais equipamentos e serviços são precários que afetam significativamente a condição de vida e de trabalho dos seus residentes, isso ocasiona, constantemente, o deslocamento dessas pessoas para a sede do município, sobre isso Cardoso, Lima, Bastos e Gomes (2007, p.26), dizem que as vilas-sedes<sup>33</sup> e áreas de expansão,

não tem recebido investimentos em infraestrutura física (redes de abastecimento de água, energia, telefonia, drenagem, saneamento, pavimentação) e social (escola, posto de saúde, equipamentos sociais), compatíveis com sua importância sócio-espacial, ocasionando transferência de população e de investimentos privados diretamente para as sedes municipais.

A realidade local provoca a reflexão sobre a idéia de Capel (1975) apud Lima (2008, p. 113), que propõe a idéia de interdisciplinaridade que “permite uma ampliação na leitura de determinados espaços cujas características não se confinam à simples relação biunívoca”. Ainda nesse raciocínio, outro aspecto importante apontado pelo autor é o grau de complexidade desses espaços “o que indica a necessidade de romper com a visão dual para encarar as mais variadas situações” (p. 113). O que significa pensar essa estrutura urbana entrelaçada com as

---

<sup>33</sup> Os autores consideram Vila-sede de distrito como uma aglomeração urbana fora da cidade, sendo que a maioria não possui uma administração oficializada, consideramos relevante informar que esta realidade não se limita a esse município, mas a muitos outros na região Amazônica.

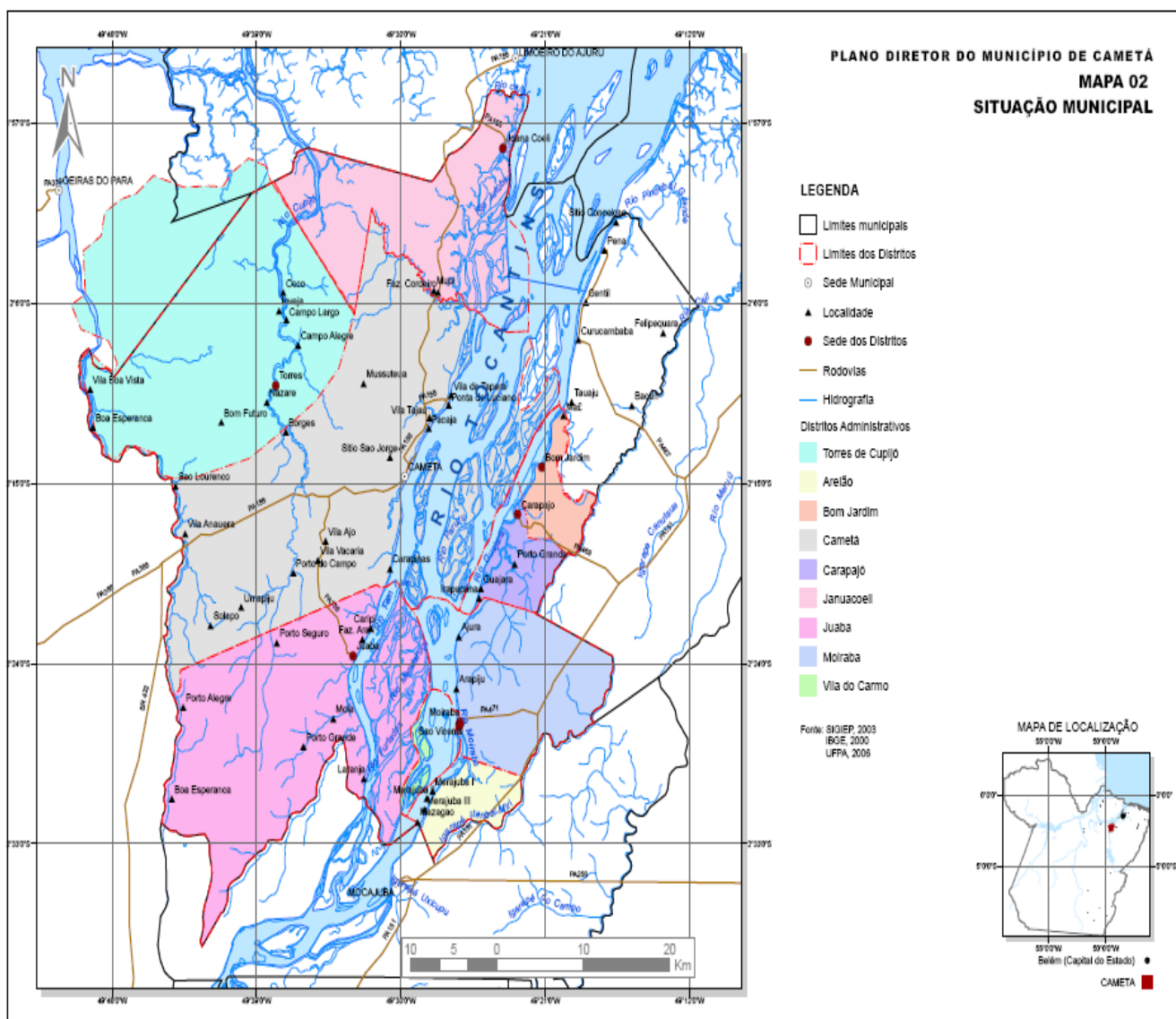
necessidades, bem como com os costumes e práticas dos seus sujeitos sociais, caracterizados pelos costumes caboclos da região Amazônica.

Atualmente o município de Cametá por ter uma grande extensão territorial, e por possuir 10 vilas distritos<sup>34</sup>, apresenta muitos problemas e carências, quase sempre relacionada a distância de algumas dessas vilas, ou ainda no que se estabelece como espaço<sup>35</sup> “mais importante” . Aqui, atribuí-se a idéia de “mais importante”, relacionada ao conteúdo político e conseqüentemente as atividades de planejamento e gestão, pois ações e serviços, mesmo que de forma deficiente, são concentrados na cidade, e é visível a má distribuição na implantação de serviços, que atinge principalmente o que está fora do espaço urbano.

---

<sup>34</sup> Dos dez Distritos que compõe o município de Cametá apenas um abrange a área urbana, os demais abrangem a zona rural.

<sup>35</sup> Segundo Santos (2004), o espaço serve à reprodução social.



Mapa 01: Localização dos Distritos Administrativos do município de Cametá.

Fonte: UFPA – PIRJUS. Relatório de pesquisa 001/2004, 2005.

No mapa<sup>36</sup> se pode notar que alguns desses distritos estão localizados distantes da sede do município, a exemplo, de Joana Coeli, considerando que na própria área de expansão há escassez de equipamentos e serviços, a dificuldade nessas localidades, provavelmente, são acentuadas, a localização, às vezes, se torna mais acessível para outro município do que para ao qual se pertence, esse dilema causa desconforto para as famílias que procuram os serviços em outros municípios, que na maioria das vezes não possui condições ou se recusa a atendê-los.

<sup>36</sup> O mapa mostra apenas nove dos dez Distrito Administrativo, apresentados no PDP, no mapa está o Bom Jardim, o qual não consta no Plano Diretor, além disso, os distritos de Joana Coeli, Curuçumbaba e Porto Grande não estão contemplados neste.

O problema da escassez desses serviços, não se restringe apenas a questão da localização territorial, mas principalmente à condição política, dada pelo descaso e incompetência político-administrativa, que afeta, principalmente, a população mais carente.

Dentre os distritos, Carapajó<sup>37</sup> pode ser considerado um dos mais importantes<sup>38</sup>, visto que é um dos acessos a sede do município. Nessa localidade as pessoas desembarcam dos ônibus que fazem viagem via Alça Viária, e posteriormente adentram em uma embarcação de médio porte<sup>39</sup> com destino a sede de Cametá, viagem que cronologicamente dura em torno de quarenta e cinco minutos. Percebe-se que esse distrito, tem sua importância por sua localização geográfica, pois além de dar acesso à cidade, e por ele que há uma comercialização de produtos, em especial, do açaí, predominante na região.



Fotografia 02: Porto de Carapajó – De onde saem as embarcações com destino a sede do município.

Fonte: Luciana Tavares / setembro de 2008

Apesar da importância desse distrito, observa-se que em Carapajó não há um investimento de infraestrutura física ou serviços, as ruas são de terra batida, tendo asfalto somente na rua principal, o próprio acesso até a embarcação é arriscado, pois possui uma estrutura imprópria, instituída por pontes de madeira em condições

---

<sup>37</sup> Durante a pesquisa de campo, tivemos a preocupação de observar. Pelo menos empiricamente, a condição física do local, as condições sócio-econômicas, e o distrito de Carapajó se mostra carente tratando-se de serviços e equipamentos.

<sup>38</sup> Segundo o PDP, cada distrito possui uma vila sede, a qual se diferencia das demais localidades pela sua capacidade de oferta à acesso a infraestrutura e equipamentos públicos, capaz de polarizar fluxo de pessoas dentro de uma determinada porção do espaço rural

<sup>39</sup> Essas embarcações são de empresas privadas de transporte.

não muito favoráveis, principalmente, para idosos e portadores de necessidades especiais. Próximo ao porto há presença de estabelecimentos comerciais, e muitas motocicletas que servem de transporte para as pessoas que chegam ao local, crianças e adolescentes em número considerável dispostas a carregar as bagagens das pessoas em troca de alguns trocados, demonstrando o nível de qualidade de vida dessas pessoas e, especialmente, das crianças.

<b>Distrito</b>	<b>Total</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>
Areião	2160	1411	749
<b>Cametá<sup>40</sup></b>	<b>53734</b>	<b>31801</b>	<b>21933</b>
Carapajó	7677	1669	6008
Curuçumbaba	7481	1193	6288
Joana Coeli	7504	176	7328
Juaba	13563	1544	12019
Moiraba	2498	497	2001
Vila do Carmo	3007	2126	881

Quadro 01: Distribuição da população de Cametá de acordo com os distritos e suas respectivas áreas rurais.

Fonte: IBGE, Censo 2000. Durante a visita do IBGE o município possuía apenas oito municípios.

Apesar de ser vila-sede de distrito, o local, chama atenção apenas pela ausência de infraestrutura urbana, o que não condiz com o apresentado pelo PDP. Essa ausência de estrutura prejudica o processo de desenvolvimento sócioeconômico do local, proporcionando ao mesmo o papel de apenas um território de escoação de produtos.

---

<sup>40</sup> Segundo uma contagem populacional realizada em 2007 Cametá já possuía cerca de 105.414, sendo população urbana 43.642, e população rural 61.772.

### 3.2. CAMETÁ: UMA CIDADE (R)URBANA.

Nos capítulos apresentados anteriormente, enfatizou-se a definição de área urbana para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o qual leva em consideração critérios quantitativos, como o número de habitantes, ou ainda se pode ressaltar a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, que estabelece um parâmetro de densidade demográfica em 150 hab/ Km<sup>2</sup> para que uma unidade administrativa seja caracterizada como urbana. Porém, se levarmos em consideração os critérios definidos por esses órgãos, obriga-se dizer que a cidade de Cametá apresenta dados estatísticos que não correspondem a essa realidade, pois apesar do seu contingente populacional ser de 105.416 habitantes<sup>41</sup>, a maioria da população está concentrada no meio rural, cerca de 61.772 habitantes e, sua densidade demográfica é de apenas 34,21hab/ Km<sup>2</sup>.

A cidade de Cametá apesar de apresentar alguns elementos da cultura urbana, da utilização de táxis, na presença de motocicletas, do comércio, de hotéis, das micaretas e a presença de equipamentos coletivos e urbanos, é inegável não vê-la como uma cidade com características rurais, visualizando uma forte imbricação de ambas as culturas.

O rural se manifesta desde a economia, da linguagem, do modo de vida, mas o rio é considerado o elemento fundamental para tal característica, não apenas por ser o meio de transporte responsável pelo escoamento dos produtos, das idas e vindas das embarcações de grande e médio porte, das pequenas canoas que trazem os extrativistas das diversas ilhas com paneiros de açaí, de mandioca, da farinha, com o peixe, o homem na roça, das atividades primárias ditas como predominantes do rural, os mesmos que comercializam na cidade, o rio é o elo da cultura local. Por isso, é impossível observar a cidade de Cametá sem entrelaçar esses dois espaços.

Nas localidades mais distantes do considerado como centro da cidade, mesmo fazendo parte da zona urbana, as atividades mais desenvolvidas são as consideradas do setor primário. Muitas famílias desenvolvem suas plantações, suas hortas.

---

<sup>41</sup> Esse número de habitante caracteriza uma cidade média, mas Cametá não apresenta uma dinamização que passa vir ser considerada como tal.



Apesar do acesso à cidade ter sido mais facilitado com a construção da PA – 151, não houve uma alteração significativa no que tange a importância econômica e política do município de Cametá, sendo observado certa dificuldade de ascensão nesses âmbitos. Sendo a agricultura, juntamente com o extrativismo ainda as principais atividades econômicas desta localidade. Por outro lado, as famílias que desenvolvem tais atividades, seja na zona urbana ou na área rural, não recebem apoio técnico e nem financeiro de instituições legais para que alcancem uma estabilidade, ou mesmo um avanço no processo de organização.



Fotografia 03: Reprodução de mudas  
Fonte: Luciana Tavares / setembro de 2008



Fotografia 04: Plantação de árvores frutíferas  
Fonte: Luciana Tavares / setembro de 2008

O cotidiano de Cametá enlaça as práticas do urbano e o rural, as predominantes ainda são as consideradas do meio rural. O quadro abaixo demonstra as atividades mais desenvolvidas no local, a economia do município ainda gira em torno da agricultura, da piscicultura e do extrativismo, de onde inúmeras famílias, tanto das ilhas<sup>42</sup> quanto das que vivem na cidade, obtêm seu sustento, como mostra o quadro abaixo.

<b>Seção</b>	<b>Pop. de 10 anos ou mais</b>	<b>%</b>
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca	17.848	56,38
Indústria extrativista de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água	2.241	7,08
Construção	731	2,31
Comércio reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	3.815	12,05
Alojamento e alimentação	631	1,99
Transporte, armazenamento e comunicação	806	2,55
Intermediação financeira e atividade imobiliária, aluguéis e serviços prestados às empresas	432	1,36
Administração pública, defesa e seguridade social	839	2,65
Educação	1.735	5,48
Saúde e serviços sociais	455	1,44
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	414	1,31
Serviços domésticos	868	2,74
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	---	---
Atividades mal definidas	842	2,66

Quadro 02: Atividades econômicas desenvolvidas no município de Cametá  
Fonte: IBGE 2000.

O quadro demonstra que há uma predominância da atividade de agricultura e outras atividades ditas próprias do meio rural, porém não podemos considerar

<sup>42</sup> Segundo representante da Colônia de Pescadores, Cametá possui aproximadamente 200 ilhas, aqui citou-se algumas das quais foram elencadas pelos sujeitos sociais que participaram das audiências públicas no ano de 2005 e 2006 no processo para a construção do Plano Diretor Participativo e demonstrar que essas ilhas são divididas por setores, sendo eles Cima, Médio e Baixo. No Setor das Ilhas de cima, estão as localidades de Vista Alegre, Acari, Tamanduá Costa, Ilha Joroca, Ilha Grande de Furtado, Mendaraçu de Cima, Ilha Grande de Juaba, Beira da Várzea, Tabatinga, Ilha Moiraba e Acua. No Setor Médio das ilhas são compostas por Pacui de Cima, Paruru de Cima, Mapirai de Cima, Mapiraizinho, Gama, Capiteua, Cação, Juruaté, Pacacanga, Xingu, Caracará, Mapeuá, Pacui de Baixo, Muruacá, Várzea São José, Caripi e Fazenda, entre outras. Setor Baixo das Ilhas onde estão inseridas as localidades de Jacareuá, Jutuba de Cima, Marinduba, Pacajai, Contra-Maré, Manoel Raimundo, Jorocazinho de Baixo e Joroca Grande. E o Setor Beiradão Ilhas fazendo parte Ajarapanema, Bituba, Arimandeua, Guajará de Cima, Maracu Espírito Santo e Pindobalmirim.

apenas esse elemento para tal definição, isto porque em Cametá há uma forte incidência dessa prática em espaços urbanos, o que é denominado como agricultura urbana, no entanto, esta cidade ainda não apresenta programas que possam fomentar essa prática, já que tais projetos estão voltados para a área rural<sup>43</sup>.

É essa realidade que nos faz discordar do padrão utilizado ao definir o quadro urbano brasileiro, tornando-se inadequado para algumas regiões, como o caso das pequenas cidades da Amazônia. Diante disso, concorda-se com Maia (s/a, p. 02), que ressalta a diversidade desse urbano,

[...] dada pelas diferenças de tamanho, número de habitantes, dinâmica econômica, política e cultura, enfim, pelo conjunto de elementos e caracterizações que constitui as cidades brasileiras. Tal disparidade parece ser acentuada pelo fato das estatísticas oficiais e análises tomarem por base o que se denomina quadro urbano brasileiro, ou seja, o conjunto de cidades do território brasileiro, que por sua vez corresponde ao conjunto das sedes dos municípios.

Esse padrão utilizado não alcança essa diversidade brasileira, e menos ainda as especificidades dessa região, fato que provoca a intensificação da desigualdade, e impasses até mesmo de identidade dos sujeitos envolvidos. Pode-se perceber que, em Cametá, os espaços que estão além do que definido como urbano, são desprovidos de serviços, equipamentos e políticas o que torna concreto a desigualdade e a relação de inferiorização daquilo que não é urbano, essa realidade nos faz refletir o que Guerra (2006), fala sobre “a porta para o exterior”, ou seja, do urbano para o rural, relacionada aos limites físicos da cidade, já existente desde o século XVI,

Do urbano e do rural implicava um tipo de distinção que se mantém até hoje, tornando os que habitavam regiões distantes do centro personagens de segunda categoria pela exclusão do acesso aos benefícios concentrados. Simbolicamente, as portas podem ser entendidas como limites do espaço de quem está dentro e de quem está fora, de quem tem acesso e de quem não tem, de quem é da cidade e de quem não é, de quem lhe pertence e de quem não lhe pertence. (GUERRA, 2006, p. 99).

Entende-se que com o processo de urbanização, a dicotomia territorial entre urbano e rural, tem passado por transformações, porém não se pode afirmar que as desigualdades existentes nesses espaços tenham sido superadas. E, tais

---

<sup>43</sup> Apesar das instituições legais como a EMATER e a Prefeitura Municipal de Cametá alegarem realizar projetos e atendimentos as população rural, nem dos agricultores entrevistados confirmou ser beneficiado por algum.

desigualdades podem ser analisadas a partir de elementos definidores do que é urbano e do que é rural no município de Cametá, evidenciando dois de seus aglomerados.

De acordo com a realidade posta, percebe-se que o urbano na Amazônia e, em especial em Cametá, não condiz com os critérios utilizados pelo IBGE, demonstrando que o urbano nessa região assume diferentes significados para os diversos sujeitos sociais envolvidos na produção do espaço rural-urbano.

Há, portanto uma homogeneização entre o espaço urbano e rural, situação que provoca conseqüências como a ausência de direitos e da própria indefinição de identidade desses sujeitos. Para entendermos empiricamente o que ocorre nesse município, levamos em conta a noção de urbano em Lefebvre (1991, p.49),

O tecido urbano é o suporte de um modo de viver que comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. O sistema de objetos é relativo aos equipamentos urbanos, enquanto sistema de valores está relacionado a lazer, costumes, etc.

Levando em consideração os sistemas enfatizados por Lefebvre, é possível afirmar que em Cametá existem espaços considerados urbanos que não há a presença destes sistemas de objetos e de valores, como o caso da Vila de Cametá-Tapera, definida como espaço urbano pela Lei Orgânica do Município, mas que vive uma dinâmica totalmente rural, no que diz respeito ao aspecto econômico, cultural e paisagístico, então como e porque ser considerada parte da zona urbana?

3.2.1. O processo de expansão da Cidade de Cametá: padrões de ocupação e evolução dos núcleos.

O tamanho do território físico do município de Cametá não é a única causa que provoca alguns graves problemas enfrentados pelos cametaenses, outro problema visível é ocorrido dentro da cidade, no denominado zona urbana, foi o seu crescimento acelerado e desordenado, o que acarretou o surgimento de bairros periféricos e pobres ao longo do seu processo de urbanização, marcados pela ausência de serviços como energia elétrica, precariedade ou ausência de coleta de lixo, falta de abastecimento de água, ausência de infraestrutura e de equipamentos urbanos.

Esses bairros fogem dos, historicamente, constituídos ao longo do rio, não que este venha perder sua importância, mas a “beira” ainda é o lugar das melhores casas, do comércio, da igreja, do que se considera de mais belo nas cidades ribeirinhas, e Cametá também é assim, tanto porque apresenta em sua arquitetura belas obras. Porém, o município passou por modificações, como a abertura de estradas, que pode ter influenciado. Dessa forma, a partir da década de 60 o traçado da ocupação começa a diferenciar-se e acompanhar as rodovias do município, como traz o diagnóstico regional dos Planos Diretores dos municípios a jusante da UHE de Tucuruí (2006, p. 38):

Para a situação de Cametá é a partir de 1958 até os dias atuais que se define a maior parte da estrutura urbana hoje existente, desdobrada em duas fases, de 1958 a 1990 e de 1990 a 2005. Nestas duas últimas fases o traçado é menos ribeirinho, interiorizando-se mais e também acompanhando as vias rodoviárias que interligam a cidade de Cametá a Tucuruí e a Limoeiro do Ajuru.

Apesar de Cametá ser uma cidade ribeirinha, ela apresenta em sua organização espacial três padrões de ocupação<sup>44</sup> que constituem o processo de expansão da cidade, esses padrões caracterizam uma maior e uma menor influência do rio no traçado urbano. Os padrões são: o ribeirinho, que apresenta um caráter espontâneo, mas tem o rio como elemento orientador desta ocupação; o definido como espontâneo, tendo um traçado relativamente distanciado do rio e que apresenta uma configuração mais aleatória; e por terceiro o padrão pré-definido ou semi-planejado, que é identificado pelos pesquisadores do PIRJUS (2006, p.38) como “frações diferenciadas de produção do espaço no conjunto da evolução urbana histórica”, totalmente distanciado do rio.

Apesar da influência do rio ser determinante, outros traçados provocam uma ruptura influenciada por uma dinâmica regional e por transformações como a abertura das rodovias. O quadro a seguir, mostra a evolução do núcleo e os seus padrões.

<b>BAIRRO</b>	<b>PERÍODOS</b>	<b>FUNÇÕES PRINCIPAIS</b>	<b>PADRÃO PREDOMINANTE</b>
---------------	-----------------	-------------------------------	--------------------------------

<sup>44</sup> Os três padrões citados são referendados a partir do Diagnóstico Regional do PIRJUS

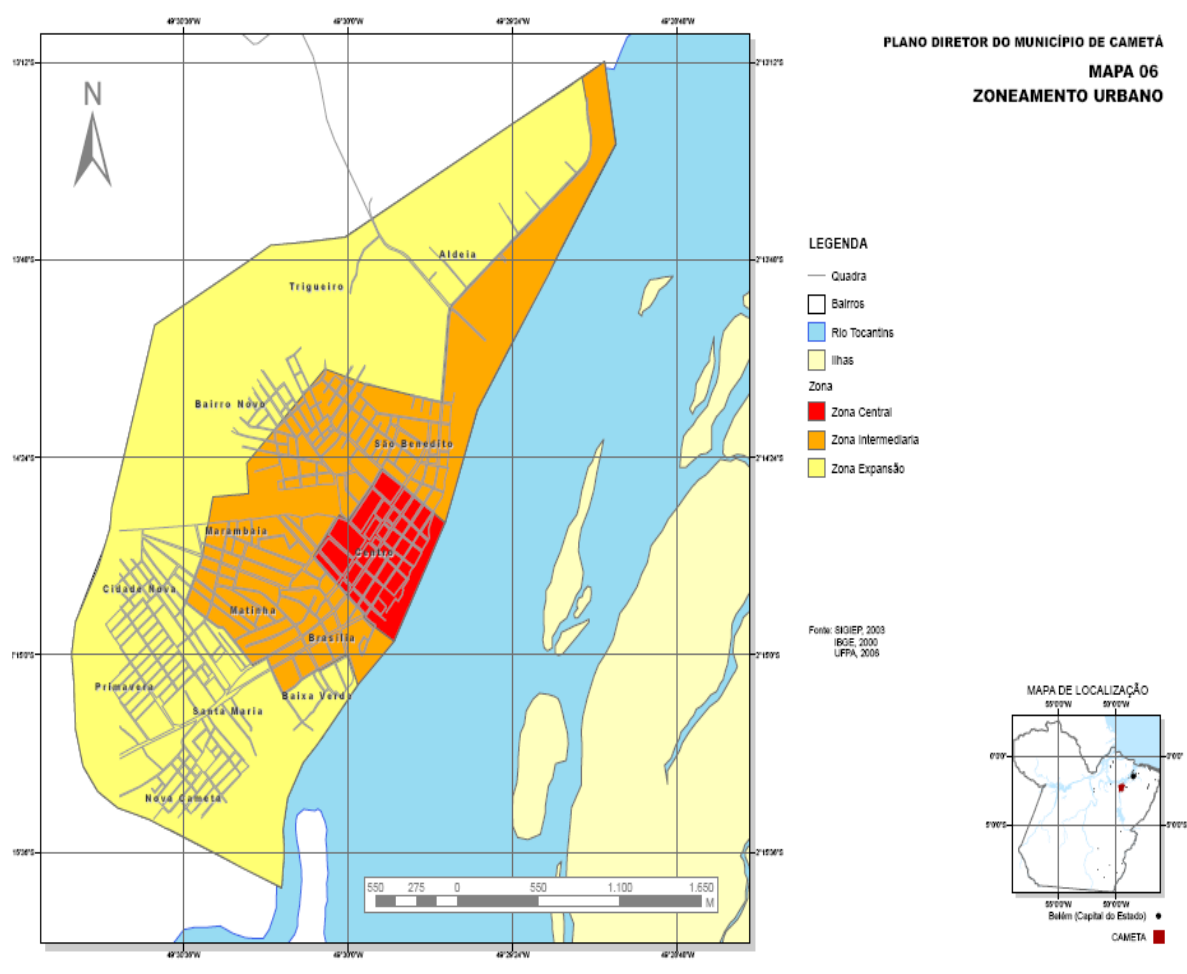
Central	1713-1785; 1785-1799	Comércio, Serviços, residencial	Ribeirinho
São Benedito	1785-1799	Residencial, comércio, serviços	Ribeirinho
Brasília	1785-1799; 1899-1958 1958-1990	Residencial, Comércio, serviços	Ribeirinho
Aldeia	1849-1958	Residencial, lazer, serviços	Ribeirinho
Marambaia	1958-1990	Residencial	Espontâneo
Matinha	1958-1990	Residencial	Espontâneo
Santa Maria	1958-1990	Residencial	Espontâneo
Bairro Novo	1958-1990	Residencial	Espontâneo
Trigueiro	1958-1990; 1990-2005	Residencial	Espontâneo
Cidade Nova	1958-1990; 1990-2005	Residencial	pré-definido
Primavera	1958-1990; 1990-2005	Residencial	pré-definido
Baixa Verde	1849-1958; 1958-1990 1990-2005	Residencial	Espontâneo
Nova Cametá	1990-2005	Residencial	Espontâneo

Quadro 03: Evolução urbana de Cametá por bairros  
Fonte: Pesquisa de Campo - PIRJUS 001/2004, 2005.

Percebemos a partir do quadro que o padrão de ocupação começa a modificar-se a partir dos anos de 1960, quando são formados bairros de caráter espontâneo e pré-definidos, ou seja, distanciados da via fluvial, e constituídos por loteamentos que apresentam precariedade de serviços e equipamentos urbanos.

Os bairros formados na zona de expansão são os mais precários, constituídos por famílias pobres e oriundas da zona rural, os bairros de Santa Maria, Brasília, Nova Cametá formados ao longo da PA-156<sup>45</sup>, não obstante dos demais são locais desprovidos de segurança pública, considerados bairros violentos, constituídos por loteamento de iniciativa pública e/ ou privada e, outro impasse vivenciado nesses espaços é exatamente o “(des)encontro” do rural com o urbano, provocando consequências, na maioria, negativas à população residente desses locais. O mapa a seguir mostra os bairros que constituem a malha urbana da cidade e suas respectivas zonas.

<sup>45</sup> Segundo informações do IBGE local atualmente a rodovia é denominada de BR-422



Mapa 02: Os bairros da malha urbana de Cametá  
Fonte: UFPa – PIRJUS

Percebe-se a partir da leitura do mapa, que a cidade apresenta uma significativa área de expansão, e esta apresenta deficiências físicas e sociais consideráveis, o que poderiam chamar de “feito” na cidade capitalista. Não obstante das grandes cidades, nessa, é também no centro que estão concentrados os serviços e equipamentos urbanos, os hotéis, as construções históricas, o porto, a feira, ou seja, composta de elementos importantes tanto para paisagem quanto para o aspecto econômico da sede do município.



Fotografia 05: Orla de Cametá

Fonte: Pesquisa de Campo - PIRJUS 001/2004, 2005.

Apesar de o município ter vivenciado o processo de elaboração do Plano Diretor Participativo, o mesmo sofre o constante dilema da falta de planejamento adequado para sanar suas deficiências, segundo o secretário de agricultura do município, ainda falta ser efetivados os instrumentos e criar secretarias de possam encaminhar procedimentos viáveis para a modificação da caótica realidade deste município.

### 3.2.2. A definição dos espaços e sua influência no modo de vida da população.

Alguns aglomerados da cidade de Cametá vivenciam um processo de esquecimento através da ausência de investimentos em políticas e o descaso ou falta de conhecimento da gestão local em criar possibilidades para a garantia de uma melhor qualidade de vida das famílias que habitam em áreas “limites”. O próprio Estatuto da Cidade provoca certo impasse no investimento de políticas, principalmente, na zona rural.

Cametá cresce como qualquer outra cidade, porém este crescimento é de forma desordenada e o município não possui nenhuma secretaria que possa acompanhar e apesar da elaboração e aprovação do Plano Diretor, ainda faltam a efetivação de instrumentos que possam colaborar no processo de ocupação mais



planejado e equilibrado, como nos diz o próprio secretário de agricultura do município, sr. Pedro Molasco:

Cametá nem tem uma secretaria que possa monitorar todo o processo de ocupação desordenado, tem algumas leis que não são respeitadas pela sociedade como o código de postura, e o Plano Diretor definiu outros critérios de ocupação que infelizmente, falta mais funcionalidade por uma equipe de possa direcionar esse indicador que o PD aponta em relação ao ordenamento urbano, a prefeitura precisa construir essa equipe, para dar conta dessa sistemática operacional que o PD define, precisa também regulamentar muitos indicadores, precisa trabalhar orçamento, criar o conselho da cidade, muitos aparatos para gente poder construir, efetuar precisa também construir a secretaria de Planejamento e Gestão que é um indicador do PD e nós não temos. (Entrevista concedida em setembro de 2008).

Pode nos parecer que isso é o mais grave, não ter um monitoramento no que se referi ao crescimento da cidade, mas nossa preocupação maior aqui é em relação a definição dos espaços, o que também está intrinsecamente relacionada a este crescimento, neste município a definição do que é urbano e do que é rural não possui critérios mais detalhados ou que levem em consideração a função do espaço, mas sim é feita de forma arbitrária, ou ainda a partir de um elemento natural, Lima ((Et all, 2007), ressalta que a definição do território urbano e rural realizada nos municípios, em especial as áreas destinadas à expansão urbana, é feita de forma arbitrária, não sendo levando em consideração a funcionalidade do local, mas voltada para o interesse e “intenção” de gestores municipais, situação que hipoteticamente, pode provocar uma influência tanta na implantação de políticas públicas, quanto na qualidade de vida dessa população, é exatamente o que ocorre em algumas áreas no município de Cametá, que enfrentam dificuldades em diversos aspectos.

Nos bairros localizados na área de expansão urbana, há uma precarização nos serviços, e não uma ausência total, a implantação de serviços é possível através de redes e a implantação de políticas que depende do poder público municipal e de parcerias, ao contrário do que é vivenciado na zona rural, que sofre constantemente com a falta de serviços e políticas, como é o caso de vilas-sedes que localizadas nas estradas ou, ao longo do rio Tocantins.

## Capítulo IV

### O URBANO E O RURAL E SUAS INFLUÊNCIAS EM DOIS GLOMERADOS DE CAMETÁ – PARÁ: O CINTURÃO VERDE E A VILA DE CAMETÁ-TAPERA.

#### 4. A VILA DE TAPERA: UM NÚCLEO URBANO NO RURAL?

A Vila de Tapera localiza-se a uma distância de 12Km da sede do município, este vilarejo foi historicamente o local explorado inicialmente do município que por muito tempo abrigou seus nativos e seus colonizadores. A vila de Tapera é considerada, segundo informações do IBGE, um povoado, contendo em torno de 50 domicílios<sup>46</sup>, o local possui uma ínfima estrutura, com a presença de alguns estabelecimentos, uma pequena igreja, uma escola, um pequeno comércio que na linguagem cabocla é definido como taberna, não possui asfalto, sendo suas ruas de areia, as atividades do local são voltadas para a agricultura e para o pescado e os costumes e hábitos, como a própria linguagem, a simplicidade, o respeito a natureza, a valorização do trabalho na cooperação, a troca de mercadorias conforme a necessidade das famílias. Essas duas últimas situações citadas fazem concordar com Oliveira (1999) quando afirma que na Amazônia existem cidades que fogem da lógica capitalista, reproduzindo outras relações sociais.

No entanto, apesar dessas características, há divergência entre os moradores enquanto a identificação de sujeito rural, visto que tal localidade é definida como urbana.

Aqui a gente trabalha na roça, ou é pescador, alguns trabalham com serraria, mas é mais os idosos, que antes eram pescadores, e já estão aposentados [...] Bom, eu acho que eu sou urbano, né. Porque aqui é zona urbana, eles dizem que é zona urbana (sr. Raimundo, agricultor na Vila de Cametá-Tapera. Entrevista realizada durante pesquisa de campo em setembro de 2008).

Aqui a gente vive assim, da plantação do pescado, toda essa terra é da família, a gente vive disso, né. E devido isso eu sou um homem rural, porque é só isso que eu sei fazer (sr. Domingos, agricultor e pescador na vila de Cametá-Tapera. Entrevista realizada em setembro de 2008).

---

<sup>46</sup> Segundo informações do entrevistado, os domicílios se distanciam em 50 m, porém durante a pesquisa de campo percebeu-se que a distância entre eles é bem maior.

Apesar das atividades desenvolvidas e do modo de vida rural, percebeu-se durante as entrevistas que alguns dos moradores da vila se identificam como moradores da cidade<sup>47</sup>, apesar de, na sua fala, usar o termo de “homem do mato”, o que demonstra a indefinição desses sujeitos enquanto sua identidade territorial.

A vila de Cametá – Tapera também sofre com o descaso<sup>48</sup> do poder público municipal, com a ausência de investimentos para fomentar as atividades desenvolvidas, segundo os entrevistados. Isto porque dificilmente se tem apoio institucional, o que prejudica não apenas a produção, mas principalmente, dificulta esses trabalhadores elevarem seu poder aquisitivo e uma melhor qualidade de vida.

No trabalho de pesca, como há o período de defeso, esses trabalhadores precisam garantir o trabalho durante os meses que é que proibida tal prática, para isso constroem poços para a criação de peixes e garantir a renda. No entanto, tais estratégias não possuem apoio da prefeitura e de nenhuma outra instituição, poucos conseguem o recurso financeiro através de programas, como foi o caso do sr. Domingos que recebeu recurso do FNO. Porém, muitos desses trabalhadores não recebem apoio institucional.

Os pescadores realizam o trabalho de cavação do poço manualmente com a ajuda de amigos e parentes, em uma prática de colaboração, vista como comum no meio rural e, o tempo gasto para terminar todo o processo de cavar, encher e adequar o poço, fica em média de três meses.

Aqui a gente faz tudo sozinho, a gente já cansou de pedir apoio pra prefeitura, mas nunca consegue. Se pede a máquina, tá quebrada, se pede a pá não tem. Então a gente se reuni e vem cavar o poço, vem plantar. Esse poço aqui a gente teve apoio do FNO, e vamos começar a pagar agora no mês de outubro. (sr. Domingos, agricultor e pescador em Tapera. Entrevista realizada em setembro de 2008).

---

<sup>47</sup> O termo “cidade” é utilizado como cidade urbana.

<sup>48</sup> O período do defeso é a época do ano que a pesca fica proibida, e o pescador artesanal recebe o seguro-desemprego.



Fotografia 06: Criação de peixe

Fonte: Luciana Tavares / setembro de 2008

A venda da produção se dá de forma direta, sem atravessador, está é realizada na própria vila, na estrada ou mesmo nas ruas da cidade. Segundo os pescadores, pelo tempo que é desenvolvida a atividade, já se tem clientes, o que facilita essa venda. No entanto, se houvesse um investimento para o desenvolvimento local, construindo parcerias e efetivando projetos para fomentar a atividade, facilitaria e possibilitaria maior oportunidade para os trabalhadores. Percebeu-se que a própria colônia de pescadores não realiza um trabalho para que essa realidade seja alterada, visto que seus coordenadores cumprem outras funções.

Outras atividades são desenvolvidas na vila de Tapera, a prática da produção da farinha, a criação de pequenos animais, a plantação para subsistência são atividades que diferenciam a vila do modo de vida urbano.



Fotografia 07: Processo de produção da farinha  
Fonte: Luciana Tavares / setembro de 2008



Fotografia 08: Alimento para a criação de porcos  
Fonte: Luciana Tavares / setembro de 2008

#### 4.1. AS CONDIÇÕES DE VIDA E INFRAESTRUTURA NA VILA DE TAPERÁ.

Outro destaque da Vila é a escola de ensino fundamental (1ª a 4ª série), que atende crianças da própria vila e de algumas ilhas, barcos alugados pela prefeitura municipal saem ainda de madrugada da sede para as ilhas com o objetivo de buscar as crianças para a escola e após as aulas realiza o mesmo trajeto para deixá-las em suas casas.

A escola não possui espaço suficiente para atender a sua demanda de alunos, a mesma possui alguns espaços concedidos pelas pessoas que residem no local, os quais são definidos como anexo e não apresentam uma infraestrutura adequada para a educação escolar.



Fotografia 09: Anexo da escola da Vila  
Fonte: Luciana Tavares / setembro de 2008.

A casa de madeira é um anexo da escola, cedida por uma professora que trabalha e mora na vila, segundo informações da diretora, as pessoas que sedem local para serem transformados em salas de aula, um pátio de outra casa também foi adaptado para funcionar como sala de aula.



Fotografia 10: Sala de aula improvisada (pátio de uma casa)  
Fonte: Luciana Tavares / setembro de 2008.

Apesar da presença de alguns serviços, como energia elétrica e equipamentos como telefone público, estabelecimento comercial, igreja e escola, ou seja,



estabelecimentos exigidos pelo próprio IBGE para que a vila tenha um núcleo urbano, entende-se que a definição dessa vila como parte integrante da zona urbana estabelecida na Lei Orgânica do Município, faz parte, principalmente, de um interesse político e empresarial no que tange a ocupação do solo.

Art. 193 – Fazem parte da zona urbana do município de Cametá os balneários de Aldeia, Guajará, Pacajá e Cametá-Tapera.

Art. 194 – Cametá-Tapera tem assegurado o direito de sediar zona Balneária, turística, histórica e cultural, com sua denominação de origem que é Vila Viçosa de Santa Cruz de Cametá.

Percebe-se que o local não possui características que possam caracterizá-la como urbana, não somente pela paisagem, ou pelas atividades desenvolvidas, mas também os próprios hábitos e costumes que seus moradores apresentam, como a relação com a natureza, dos moradores entre si, histórias de vida, elementos construídos cotidianamente.



Fotografia 11: Estilo de casa na Vila de Tapera  
Fonte: Luciana Tavares / setembro de 2008.

Apesar das dificuldades enfrentadas no meio rural, o mesmo também apresenta diversas representações, que divergem do sinônimo de atraso, mas que uma forma diferenciada da vivenciada no urbano. Segundo Sá, Costa e Tavares (2006, p. 148), o meio rural passou a ser associado a uma vida tranqüila e não apenas voltada para o consumo no âmbito capitalista,

a forma de vida com contato com a natureza, áreas espaçosas, vida simples, de paz, tranquilidade, liberdade, conforto, paraíso, aconchego, valorização do trabalho, trocas positivas, lugar de trabalho coletivo [...].

No entanto, apesar desse sinônimo de tranquilidade, espaço e conforto, percebe-se que as condições de vida das pessoas da vila não são adequadas, as condições de higiene é precária, os banheiros são improvisados, as casas mal estruturadas, divergindo da fala da entrevistada,

A vida em Tapera é agradável, não tem muito movimento, as pessoas são amigas, não tem violência, aqui a gente tem a praia, a gente é muito feliz aqui. Eu fui criada aqui, meus filhos foram criados aqui também, e hoje trabalham na roça, no pescado. (sra. Rosa, moradora da Vila de Tapera)



Fotografia 12: Banheiro da casa da dona Rosa

Fonte: Luciana Tavares / setembro de 2008.

Mesmo a Vila de Tapera fazendo parte da zona urbana de Cametá, a mesma vivência grandes dificuldades no que tange ausência de serviços e equipamentos, que afetam diretamente as condições de vida e de trabalho dos moradores locais, não há um investimento no local, a estrada de acesso é precária. Hipoteticamente, o espaço pode ser mais valorizado a partir do processo de desenvolvimento da estrada que interliga a cidade de Cametá a Limoeiro do Ajurú, em um processo de especulação imobiliária.

Entende-se, através do estudo sobre a vila de Cametá-Tapera, que a problemática levantada para estudo é confirmada em dois aspectos, primeiro a exemplo da definição inadequada do que é o urbano, haja vista que o aglomerado apresenta no seu cotidiano não apenas práticas, mas principalmente, o modo de



vida rural. Por outro lado, sendo o local considerado parte integrante da zona urbana percebe-se que, se privilegia a implantação de serviços nas áreas centrais da cidade, enquanto que nas áreas mais longínquas há intensificação da pobreza.

#### 4.2. O RURAL DENTRO DA CIDADE: A REALIDADE DO ASSENTAMENTO CINTURÃO VERDE.

O assentamento Cinturão Verde foi criado no final do ano de 2004 naquele momento recebeu o nome de Aricurá I, através de uma parceria entre a prefeitura de Cametá e o INCRA. Foi criado durante a gestão do prefeito Quaresma do Partido dos Trabalhadores, a proposta para o assentamento foi pensada a partir de um Projeto de produção de hortaliças, com objetivo de assentar sessenta famílias<sup>49</sup> para desenvolverem a produção da agricultura.

O terreno do assentamento era propriedade de um padre<sup>50</sup> do município que o cedeu à prefeitura, nele habitavam, de modo ilegal, algumas das famílias que foram contempladas, que moravam de forma precária, em casebres improvisados, sem condições de higiene, comprometendo sua saúde e tendo como fonte de renda o trabalho em roça clandestina.

Segundo um técnico<sup>51</sup> do IBGE (que acompanhou o projeto), ressaltou que apesar de algumas restrições em serviços, houve uma melhora na condição de vida dessas famílias, principalmente para aquelas que ocuparam o terreno antes de ser um assentamento, e ressalta:

As pessoas viviam em condições precárias no meio do mato, a vida deles passou por uma revolução quando o projeto foi implantado, mas como os serviços não chegaram a sua casa, muitos abandonaram os lotes e, hoje devem morar na periferia da cidade. (Técnico do IBGE)

---

<sup>49</sup> A única informação obtida sobre as famílias assentadas, é que algumas residiam de forma ilegal no terreno, outras oriundas de ilhas ou ainda de bairros periférico, porém não foi possível informação do processo de seleção delas.

<sup>50</sup> Não foi possível saber o nome do padre proprietário do terreno.

<sup>51</sup> O entrevistado não permitiu sua identificação

Com o assentamento Cinturão Verde, foi possível a construção das unidades domiciliares, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, possibilitando uma melhora na condição de vida dessas pessoas. Porém, apesar da construção das casas, estas não receberam o acabamento e nem a construção dos banheiros que ficou sob responsabilidade dos próprios assentados, não condizendo com a fala do técnico do IBGE, pois os moradores locais não receberam serviços básicos para uma melhora na qualidade de vida, entende-se dessa forma que o projeto não alcançou seu objetivo, visto que a moradia não deve ser considerado o único bem para se viver dignamente, mas sim interligada com um conjunto outros direitos. A fotografia a seguir mostra o contraste do antes e depois da construção das casas no assentamento:



Fotografia 13: Contrastes: antes e depois do assentamento  
Fonte: Arquivo IBGE/ Cametá

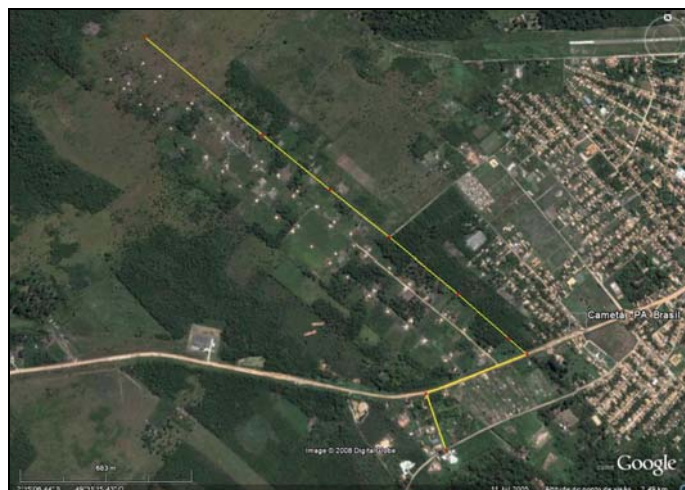
Durante o processo de legalização e construção das unidades habitacionais no assentamento, houve o acompanhamento de técnicos do IBGE, do INCRA e da Prefeitura Municipal, que realizavam conjuntamente com os assentados reuniões de esclarecimento sobre o assentamento.



Fotografia 14: Reunião de esclarecimento durante o processo de construção das unidades habitacionais no assentamento

Fonte: Arquivo IBGE/ Cametá

Outro enfoque ressaltado no processo de construção do Cinturão Verde, foi a aproximação deste da zona urbana, visto pelo técnico do IBGE, como um futuro complicador, devido o processo de crescimento da cidade. O entrevistado lembra, durante a entrevista, que foi sugerido por ele próprio a construção de um bairro de moradia popular ao invés de um loteamento rural, no entanto as famílias beneficiadas não concordaram com a idéia e optaram pelo loteamento rural.



Fotografia 15: Assentamento Cinturão Verde – à direita: bairro Nova Cametá, a esquerda: assentamento Cinturão Verde

Fonte: Google Earth.

Atualmente, eles reconhecem os benefícios e as dificuldades em relação a localização do assentamento, e destacam o lado bom, principalmente, a oportunidade de criar os filhos afastados dos riscos que a cidade oferece,

ênfatizando a convivência familiar, a ajuda na produção e, mantendo os filhos longe dos riscos da marginalidade:

Não é ruim morar aqui, meus filhos não têm contato com a marginalidade da cidade, vão pra escola, o mais velho já faz faculdade, mas sai de lá e vêm pra casa, de repente se a gente morasse lá talvez ele nem tivesse estudando, se tornasse até um bandido, aqui eles ajudam também (...), mas a gente não tem como produzir bem aqui, a gente não tem nada, não tem água, não tem luz, não tem investimento, se tivesse seria bom porque é perto da feira, onde a gente podia vender a produção, o que é ruim é esse abandono (sr. Domingos – morador do assentamento).

Para Lima (et al 2007, p.27), a criação de loteamentos com orientação tanto urbana quanto rural, promovidos pelas prefeituras “abrigam os migrantes oriundos do campo, em vez de viabilizar uma ocupação mais equilibrada em todo território municipal”, a exemplo do Cinturão Verde, percebeu-se tal fato, pois algumas das famílias assentadas são oriundas de ilhas, que migraram para cidade na firmeza de uma melhor qualidade de vida e de trabalho.

Essa falta de investimento e planejamento, hipoteticamente, se estabelece tanto por limitações administrativas como por recursos insuficientes, obrigando as famílias que residem em áreas rurais a migrarem para a periferia da cidade. O rural, partindo dessa concepção, é visto apenas como uma “extensão do urbano”, voltado apenas para a produção não objetivando um desenvolvimento para as famílias que residem nesse espaço. Na realidade atual com o processo de intensificação do agro negócio, é o que move as transformações no campo, no entanto, Cametá não apresenta esse tipo de investimento, visto que neste município o que move sua economia ainda é a agricultura e o extrativismo, porém independente da atividade econômica, o rural ainda é visto pelos gestores locais como um espaço voltado para a produção e não para o desenvolvimento, no que se refere a qualidade de vida para seus moradores.

A idéia de “urbano” da Amazônia, em especial em cidades pequenas, como Cametá, é complexo, pois sua caracterização é tipicamente rural, o modo de vida social, econômico e cultural é diferenciado, sobre esse modo de vida Hébert, Magalhães e Maneschy (2002, p.33) destacam:

Em muitas cidades, repete-se o detectado por diversos autores: populações domiciliadas no meio classificado como urbano, mas cuja sobrevivência vincula-se ao campo, em atividades como agricultura, pesca, criação, coleta

e que, portanto, têm modos de vida, percepção do mundo social e necessidades vinculadas às suas condições sociais e ambientais de produção.

As famílias do assentamento, apesar da proximidade com a cidade, mostram-se resistentes a alguns costumes rurais, e se declaram homens e mulheres do campo, apesar da forte relação com a cidade, especialmente no âmbito econômico, essas pessoas, são pequenos produtores agrícolas, produzem hortaliças e criam pequenos animais, mesmo que alguns deles trabalhem com outras atividades, em decorrência da falta de investimento, para completar a renda familiar

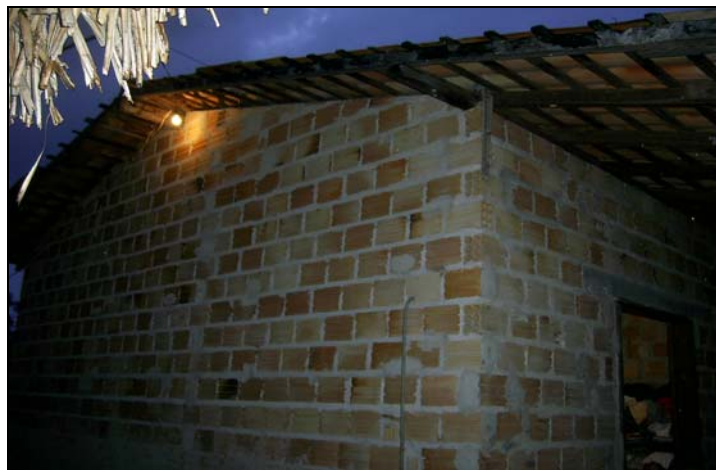
O Cinturão Verde está localizado em uma área de expansão urbana, mas é visto como rural e realiza práticas neste aspecto, desenvolvendo a produção agrícola, a criação de pequenos animais.

Diversos são os problemas que fazem parte do cotidiano dessas famílias, os serviços básicos como o abastecimento de água e energia elétrica e coleta de lixo são inexistentes, comprometendo tanto os trabalhos domésticos quanto a produção, a alternativa encontrada pelos moradores do local foi de receber de forma clandestina energia elétrica dos postes que cortam a BR-422, anteriormente denominada de PA-156 (Transcemetá) e, que abastecem um bairro popular localizado na frente do assentamento, porém somente as famílias que moram nos primeiros lotes podem ter acesso ao recurso, sendo os demais impossibilitados de obtê-los devido a distância dos postes para os lotes.

O abastecimento de água, também é inexistente a fonte deste recurso é através de poços amazônicos, os moradores dos lotes mais próximos da rodovia e que “recebem” a energia clandestina, utilizam bombas d’água que facilita os trabalhos. A coleta de lixo também não há, os moradores acumulam seus lixos nos seus próprios terrenos e o queimam, a ausência desses serviços torna a vida das famílias assentadas prejudicadas, e demonstra o descaso por parte do poder público.



Fotografia 16: Poço amazônico com bomba d'água  
Fonte: Luciana Tavares / setembro de 2008.



Fotografia 17: Casa com energia clandestina  
Fonte: Luciana Tavares – setembro de 2008.

Dessa forma, as reivindicações dos moradores são inúmeras, pois os mesmos se sentem isolados e abandonados pela gestão atual, sem implantação de serviços e de investimentos que potencializem a produção não conseguem almejar projeções futuras para uma melhor produção. Essa realidade, faz com que seus moradores realizem outras atividades, além da produção agrícola, como comércio, que eles chamam de “mercadinho”, vendas em geral, prestação de serviços (carpinteiro, pedreiro), oficina para construção de grades de ferro, para garantir o sustento da família.





Fotografia 18: Oficina de trabalho/ construção de grade  
Fonte: Luciana Tavares / setembro de 2008

Outro problema destacado pelos assentados é a falta de segurança no local, há relatos de roubos e até mesmo de assassinatos no local, que segundo a concepção dos assentados é a invasão da violência urbana, a qual está invadindo o local, considerado por eles, um dos principais fatores que provoca a saída das famílias do assentamento,

As pessoas que moram nos lotes lá pra dentro, não querem mais ficar lá, eles tem medo, uma pessoa foi morta dentro da sua casa, ninguém quer ficar com uma luz de lamparina, se a gente cria frango eles vêm e roubam e agora já estão até matando (sr. Teodocio – morador do assentamento).

Sobre a implantação de políticas públicas, o poder público municipal, diz enfrentar dificuldades para intervir no local, pois se trata de área rural e, a implantação de serviços apresenta outra sistematização, através de programas, dessa forma, apesar da proximidade do assentamento com a zona urbana, os moradores são privados desse atendimento:

Conforme definição da área existe uma maior dificuldade para implantação de políticas, existem normas rurais e normas urbanas enquanto implantação de políticas públicas. Mesmo que esteja próximo da área urbana, o prefeito tem dificuldade de implantar políticas porque é área rural, porque se fosse urbana era através da rede Celpa, mas o rural é através de programas que tem toda uma sistematização. Tem uns componentes que comprometeram muito o projeto, foi mal pensado a forma como foi criado. (Representante do Poder Público Municipal. Entrevista realizada em setembro de 2008).

Apesar de a lei orgânica do município assegurar a realização de um plano voltado para os pequenos agricultores rurais, visando a instituição de um

planejamento agrícola integrado, benefícios sociais, inclusive a eletrificação para as comunidades rurais, o assentamento ainda encontra-se desprovido de tais serviços básicos, o artigo 118 título VI estabelecer que cabe ao município:

I – definir e implementar nas áreas rural e urbana, políticas e programas que apóiem a organização de atividades produtivas;

II – propor infraestrutura para armazenagem, transportes e pontos de venda direta ao consumidor, de produtos do pequeno produtor rural e urbano, assegurando às cooperativas desses produtos, participação direta na gestão dos referidos empreendimentos;

Os assentados enfatizam que a prefeitura não agiliza uma estratégia para a obtenção de serviços que possa garantir a qualidade de vida deles, essa realidade força os moradores a desenvolverem outras atividades econômicas, para o sustento da família descaracterizando o objetivo inicial do projeto que visava a produção agrícola,

Pela falta de investimento e de apoio a esses pequenos produtores rurais, a comercialização de suas mercadorias é feita de forma aleatória, nas ruas da cidade, na feira local sem local próprio. Esses trabalhadores criam estratégias que possibilitem a realização do trabalho, adaptando veículos para transportar produção, em virtude da ausência de uma política de transporte que favoreça a locomoção dos trabalhadores do assentamento até o principal ponto de venda da cidade.

Eu tenho um triciclo, e já vou fazendo minha propaganda na rua, a gente não tem uma feira nossa, um espaço pra gente vender, então a gente chega lá, eu levo tudo dentro do “carrinho” e vendo na feira. (sr. Teodônio Rodrigues, assentado no Cinturão Verde. Entrevista realizada em setembro de 2008).





Fotografia 19: Ferramenta de trabalho-triciclo, utilizada pelo sr. Teodonio

Fonte: Luciana Tavares / Setembro de 2008.

Nem todos os assentados permaneceram no local, em decorrência da ausência de investimentos e projetos no local, atualmente, aproximadamente trinta e seis famílias permanecem no local,

Muita gente saiu daqui, porque não tem dinheiro para se manter na terra, venderam seus lotes e invadiram essa área aí de frente, que agora já é um bairro, e faz parte da zona urbana. [...] As condições aqui é muito ruim, a gente está aqui desde 2005 e até hoje não tem energia, eu tenho porque eu moro aqui n frente, e eu fiz uma ligação daí do poste (sr. Teodonio Rodrigues, assentado no Cinturão Verde. Entrevista realizada em setembro de 2008).

Na concepção dos moradores essa realidade poderia ser modificada se houve investimento de programas de crédito para potencializar a produção, com um valor que possibilite o pagamento posterior, ou ainda projetos desenvolvidos pela prefeitura.

Aqui não tem quem ajude a gente, eu estava sem condição de fazer quase nada, aí eu conseguir R\$ 150,00 e comprei adubo e plantei feijão e maxixe, do meu trabalho eu consigo de dois em dois dias R\$25,00 a 40,00, eu levo quarenta, cinquenta maços. Se tivesse um investimento pagável melhorai a condição, eu sou beneficiado porque eu já tenho bomba, e puxei a energia, mas lá pra dentro é pior, porque não tem luz, as pessoas só têm o poço amazônico e o trabalho na terra é prejudicado. (idem)

Apesar de a Lei Orgânica do Município assegurar assistência aos trabalhadores rurais, aos pequenos agricultores e suas organizações (art. 125), os únicos projetos desenvolvidos no assentamento e, em outras áreas definidas como

rural, foram realizados pela prelazia e pela Associação Paraense de Apoio as Comunidades Carentes – APACC.

A prelazia de Cametá, ao perceber o abandono das famílias passou a desenvolver projetos de criação de pequenos animais, o primeiro, realizado no ano de 2005, foi a criação de frangos, beneficiando em torno de 12 a 15 famílias. Porém, apesar da elaboração do projeto, do monitoramento e do apoio financeiro, a prelazia de Cametá, não conseguiu o apoio técnico, que apesar de ter solicitado o serviço à prefeitura não obteve apoio. Para a representante a ausência de um profissional impediu um melhor resultado:

[...] nós tivemos muitas dificuldades porque aqui, nós elaboramos o projeto, monitoramos, mas dentro da questão administrativa, não da questão técnica, mas não conseguimos o acordo com a prefeitura, apenas uma pessoa que era minha amiga que veio dar uma ajuda, ensinou, disse como deve ser feito a criação, e o projeto só deu certo para algumas famílias,...]. No 1º ciclo, eles receberam trezentos frangos, todo material para dois meses (ração, vitamina) e mais um capital de giro de R\$500,00. Algumas famílias conseguiram desenvolver outras não. (sra. Joeni, representante da prelazia de Cametá. Entrevista realizada em setembro de 2008).

Outra tentativa de acordo com a prefeitura foi a comercialização desses frangos, com o objetivo de promover uma maior renda às famílias do assentamento e ao mesmo tempo barrar a indústria do frango que invade a cidade de Cametá, porém o acordo não foi aceito pela prefeitura,

Nós tentamos fechar acordo com a prefeitura para eles comprarem o frango deles, e não de fora, como é feito. A cooparaense, e outras cooperativas de Barcarena, Belém, Castanhal, a Pena Branca, elas invadiram o município e vendem o frango a baixo custo, e você sabe do excesso de vitaminas, que em um mês o frango é abatido, então eles tiveram muita dificuldade com a venda, e nós não conseguimos fechar com a prefeitura. (Representante da prelazia de Cametá).

Falta de apoio técnico e para comercialização, provocou a paralisação do projeto, já que algumas das famílias beneficiárias começaram a perder a criação, ou em virtude de doenças que começaram a atingir os animais, ou pelos furtos ocorridos, visto que o loteamento está localizado bem próximo ao considerado urbano, sra. Joenia, representante da prelazia de Cametá completa dizendo que “apesar de ser um assentamento rural, daqui a mais um ano vai estar dentro da cidade”.



Fotografia 20: Criação de Frangos no assentamento Cinturão Verde  
Fonte: Arquivo Prelazia de Cametá.

Essa aproximação com a zona urbana provoca dificuldade para os assentados obterem investimento de programas, como o PRONAF, que segundo informações do responsável técnico do Banco da Amazônia – BASA<sup>52</sup> no município, não foi possível em virtude da falta de documentação das famílias assentadas.

O segundo projeto ainda está em desenvolvimento, trata-se da criação de patos da raça paysandu<sup>53</sup>, que teve como parceria o Fundo Nacional de Solidariedade, através da Campanha da Fraternidade, objetivando um projeto para geração de emprego e renda. Os beneficiados recebem a criação, sendo seis patas e um pato, devendo ser reproduzido e repassado a outra família o mesmo número de animais recebido, por isso denominado como sistema multiplicador, segundo a representante da prelazia, esse projeto atendeu as famílias que perderam a criação de frangos, no entanto apenas 6 famílias foram beneficiadas com o projeto.

---

<sup>52</sup> O responsável técnico não nos autorizou identificá-lo, nosso contato foi apenas via email, mas obtivemos informações relevantes.

<sup>53</sup> A raça Paysandu é um cruzamento entre raças, que é feita em Belém na ilha do Mosqueiro por um professor da UFRA, porém a entrevista não revelou o nome.



Fotografia 21: Criação de patos da raça Paysandu no assentamento

Fonte: Luciana Tavares / setembro de 2008

Porém, apesar da presença desses projetos realizados pela prelazia de Cametá, os resultados são mínimos, possivelmente por não haver uma participação dos assentados no processo de escolha dos mesmos, causando muitas vezes prejuízos à prelazia e frustração técnica e financeira para os moradores do local, a exemplo disso, foi a criação de frangos que não deu resultados em virtude de um aspecto cultural como destaca um dos beneficiados,

Eles trouxeram esses frangos mas nós não gostamos muito dela, porque não pegava muito peso, era muito vulnerável a doença e pra comercializar era ruim, porque ela tinha muita penas nas pés, aqui ninguém gosta de comer esse bicho, e foi tempo e dinheiro perdido, por a gente não conseguiu vender, então faltava eles sentarem com a gente para conversar sobre esses projetos. (Sr. Teodonio, morador do assentamento e pequeno produtor).

Outra instituição que desenvolve projetos no local é a Associação Paraense às Comunidades Carentes – APACC, que por sua vez desenvolve um trabalho na linha da agricultura familiar, tendo sua metodologia de trabalho baseada no fortalecimento de agricultores (as) multiplicadores, onde alguns produtores recebem a orientação e repassam o conhecimento para outros produtores, e dessa forma, proporcionando uma maior renda às famílias, colaborando para um trabalho de gestão da propriedade, da diversificação da produção e sem a utilização de insumos químicos, dentre os produtos produzidos pelos moradores do assentamento estão: feijão de corda, o maxixe, a acerola, banana, e alguns já iniciaram a produção do açaí.

No entanto, apesar dos projetos desenvolvidos a vida no assentamento é considerada precária, o que nos leva a concluir que não há efetivação de políticas que possibilitem uma vida digna neste ambiente, impossibilitando que as famílias permaneçam residindo no local, obrigadas a transitarem diariamente do campo para a cidade, de desenvolverem outras atividades conjuntamente com a produção agrícola e, por fim, permitindo que estas famílias possam permanecer com seus hábitos cotidianos.

É importante destacar que a lógica capitalista está interessada em perpetuar a idéia de rural como sinônimo de atraso, incentivando um processo constante da urbanização e da desigualdade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A lógica do modo de produção vigente intensifica a cidade urbana como espaço de riqueza e poder, é a lógica do sistema de produção para o mercado, que

gesta o sistema de consumo, o que Riu Farré (1966, p. 17 apud SANTOS 2007, p.51) “considera como direitos racionais, mas despersonalizados”. Para Braverman (1974, p. 281 apud SANTOS 2007), o homem capturado através dos bens de mercado e pelos sistemas de mercado é o que o conduz à alienação, ao “processo de fragmentação do conhecimento e, conseqüentemente, uma distorção da realidade humana” (BRITTO, 1977, p. 344 apud SANTOS 2007, p.51), e necessário romper com o sistema do consumo que está inserido tanto na cidade urbana quanto no meio rural através dos grandes produtores.

O estudo sobre a definição dos espaços como urbano e rural na Amazônia, especialmente, tratando-se de uma pequena cidade do estado do Pará não é uma tarefa fácil, haja vista que os trabalhos publicados sobre tal questionamento é na grande maioria ressaltando aglomerados de médio e grande porte.

A pesquisa desenvolvida mostra a realidade de famílias em dois aglomerados da cidade de Cametá, que vivem esquecidas pelo poder público no que se refere à implantação de políticas e de serviços necessários para a elevação da qualidade de vida e de trabalho, construindo alternativas de desenvolvimento para o campo, sem estarem atreladas às demandas da cidades, rompendo, dessa forma, com a relação de subordinação da população rural. Sobre isso, Marques (2002, p.16) ressalta sobre a necessidade do campo não ser concebido apenas como um,

espaço complementar à cidade, mas de construir um projeto de desenvolvimento rural que vise a inclusão social a partir da melhoria das condições de vida e da realização de novas atividades no campo que deve se basear no processo de descentralização política e de valorização de saberes locais

Os critérios político-administrativos utilizados no Brasil para a definição desses espaços, além de serem estabelecidos a partir de dados quantitativos, não atendem as especificidades das regiões, para Grabois (2001), a função do aglomerado é um fator fundamental para a definição do espaço. Diante disso, a cidade de Cametá enfrenta diversas dificuldades no que se refere aos critérios utilizados pelo poder público para a definição dos espaços, tanto no plano teórico quanto no empírico, neste último, especialmente, para as famílias residentes dos aglomerados estudados.

Na vila de Cametá-Tapera, os trabalhadores por apresentarem algum investimento, apesar de ínfimo, através de programas como FNO e PRONAF,

possibilita o trabalho, especificamente, nas plantações e na piscicultura, porém a maioria não obtém tal recurso e, desenvolve atividades voltadas para a pesca artesanal, visto que na vila essa é a principal atividade.

Sabe-se que o espaço rural, nos países desenvolvidos, não possui mais uma configuração do paisagismo natural, da agricultura como atividade exclusiva, pelo contrário, há uma forte inserção de atividades e serviços antes considerados exclusivos do espaço urbano, como mostra Campanhola e Silva (2000, p.32),

nos países do norte da Europa, em particular — já ocorre a articulação de novos atores rurais, que envolve, além dos produtores e trabalhadores agrícolas e suas associações, os grupos de interesse não-agrícolas, que trazem uma nova visão e novas perspectivas para o desenvolvimento rural, que deixa de se fundamentar unicamente na produção agrícola para envolver a pluralidade de interesses que estão presentes no espaço rural atual.

Tal processo, não exatamente na mesma configuração é também vivenciado na região Amazônica, inclusive em alguns municípios do estado do Pará, especialmente, aqueles que estão atrelados ao agronegócio, alterando o tipo de trabalho, as relações, levando o trabalhador a submissão, o que Lema (1997) chama de proletarianização da população.

A pesquisa desenvolvida não busca acirrar a dicotomia entre os espaços no contexto de um limite físico, o qual nem se pode considerar, em virtude do crescimento das cidades e da imbricação entre os espaços, mas demonstrar que apesar da modificação desse processo de configuração espacial não se pode concordar que as desigualdades entre esses espaços foram dirimidas, visto que o descaso e a ausência de políticas e serviços ainda são bastante intensos no espaço rural e em áreas consideradas menos importantes.

Na pesquisa de campo, durante a entrevista com o membro do poder público municipal, ficou evidente que não há critérios definidos para a definição desses espaços, o representante ao justificar-se alega a ausência de instrumentos e espaços institucionalizados estabelecidos no Plano Diretor Participativo, dessa forma, entende-se que não havendo uma comissão responsável os critérios utilizados devem ser considerados arbitrários, tal fato nos faz refletir que pode haver uma série de interesses particulares no processo dessa “definição”.

Observou-se isso nos dois espaços estudados, na Vila de Cametá-Tapera que possui uma paisagem natural belíssima, onde seus moradores vivenciam um cotidiano rural, com forte presença da relação de cooperação entre os homens, a lógica capitalista não é absoluta, visto que há também o processo de troca evidenciando o valor de uso, como a troca de mercadorias, sem a presença do valor monetário. Homens, mulheres e crianças trabalham na roça e na pesca, evidenciando aqui a relação dos laços de família com o trabalho.

Apesar da vila está apenas a 12 km da sede e de ser considerada parte da zona urbana, alguns seus moradores entrevistados, se identificam como “homens do campo”, enquanto outros não. Essa diferença de identificação pode estar relacionada à locomoção entre a vila e a sede, ou ainda pela própria concepção que querer fazer parte da cidade, a elevação do urbano, entanto espaço de status.

O assentamento Cinturão Verde, é um espaço considerado rural, mas que ao observar o mapa nº 02, percebe-se que o mesmo encontra-se em uma área de expansão urbana, no entanto, por tratar-se de um assentamento criado diante de uma perspectiva político partidária, não há nenhum esforço para modificar a realidades das famílias assentadas, alegando que o rural não é responsabilidade da prefeitura, responsabilizando o Estado pela condição de abandono.

Por outro lado, visualizando a influência da ideologia capitalista que vê o rural apenas como um espaço de produção para atender as demandas da cidade, não sendo concebido como um espaço complementar a esta. Diante desta lógica, mesmo quando o espaço rural é “fonte de riqueza”, refiro-me a intensificação da produção do agronegócio, não se objetiva um desenvolvimento rural, como é considero por Campanhola e Silva (2009), visto que tal desenvolvimento não apresenta um âmbito sustentável, e sim pensado a partir da lógica do mercado, que favorece o grande produtor. Assim sendo compreendo que o espaço rural ainda é considerado secundário em relação ao urbano, tendo em vista que o “desenvolvimento” não leva em consideração a qualidade de vida da população local que passa a ser submetida a uma constante instabilidade entre o espaço rural e o urbano a procura de melhores condições de vida e trabalho, isso resgata o que Marques (2002), diz sobre a influência da cultura rural na cidade, permitindo a presença de práticas e tradições rurais em espaços liminares nas periferias das cidades fortalecendo ainda mais essa relação. Essa é a realidade dos assentados do Cinturão Verde, uma “corrida” pela sobrevivência, com a incorporação de



atividades típicas urbanas, mas também consideradas de baixa qualificação. Porém apesar do pouco recurso e de realizarem outras atividades, os assentados não abandonam a agricultura, já que para eles é um dos elementos que os identifica como “homens do mato”.

Constatou-se através da pesquisa que a definição dos espaços como urbano e rural provoca uma influencia na implantação de políticas, como se pôde presenciar no assentamento Cinturão Verde, o qual sendo definido como rural, suas famílias sofrem dificuldades para a implantação serviços e de programas que possam potencializar a pequena produção, em decorrência da aproximação com a zona urbana e da ausência de documentação da terra. Além disso, com o crescimento desordenado da cidade as famílias assentadas temem serem “engolidas” pelo “urbano”, e se tornarem parte da área de extensão urbana com característica rural, porém ao visitar o assentamento essa realidade já é visível, a impressão que temos é de famílias residentes da cidade, de maneira isolada e diferenciada, em virtude da sua definição, resistindo ao modo de vida da cidade, mas que apesar disso, necessitam dela para comercializar seus produtos e, para obterem serviços, em especial, de saúde e de educação.

Cametá possui em sua dinâmica sócio-econômica e cultural uma relação urbano-rural intrínseca devendo construir estratégias que garantam a partir disso, um maior desenvolvimento para o município como um todo, dessa forma, possibilitando a qualidade de vida tanto das famílias residentes no urbano, quanto as que vivem no meio rural.

Dessa forma, é necessário discutir alternativas para o campo que possibilitem a construção de uma vida digna e, pensá-lo não somente a partir da sua funcionalidade econômica, mas como um espaço que pode possibilitar uma transformação na sociedade, a partir da resistência ao modo de vida urbano, o qual transformou o homem e a terra em mercadorias.

## REFERÊNCIAS.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. (Coleção Estudos Rurais).

BRAGA, Roberto. CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. Cidade: espaço de cidadania. IN: **Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação: ensino de Geografia**. GIOMETTI, Analúcia B. R e BRAGA, Roberto (orgs.). São Paulo: UNESP -PROPP, 2004 (p. 105 a 120).

CAMPANHOLA, Clayton. SILVA, José G. **Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v.17, n.1, p.11-40, jan./abr. Brasília, 2000.

CASTELLS, M. **La cuestion urbana**. Espanha: editores Siglo veintiuno, 1982

CORRÊA, L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 1982.

COULANGES. Numa Denis Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: Rideel, 2005.

DANIEL, Celso (et all) **Desenvolvimento local e socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. (Coleção Socialismo em Discussão).

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. Segunda parte: Como a burguesia resolve a questão da habitação. São Paulo: Acadêmica, 1988. (pág. 35 – 65)

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Sandra Netz. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GONÇALVES. Maria Flora. **O novo Brasil Urbano: Impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

GRABOIS, J. **O habitat e a questão social no noroeste fluminense**. 2001. (Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq)

GUERRA, Gutemberg. Desenvolvimento territorial na Amazônia: rural e urbano como faces da mesma moeda. IN: **O rural e o urbano na Amazônia: Diferentes olhares em perspectivas**. Belém: EDUFPA: 2006.

HARVEY, David. **A produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação/ IBGE, 2001.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

IPEA. **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: IPEA/PNUD, 1996.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FJP - Fundação João Pinheiro; PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. Rio de Janeiro: 2001. (CD-ROM).

JUNIOR, Saule Nelson. A competência do município para disciplinar o território rural. IN: **O Planejamento do município e o território rural**. Alberto G. O. Pereira Barreto (Org.). Instituto Pólis, São Paulo, 2004. (Caderno Pólis nº 8).

LEI FEDERAL DO ESTATUTO DA CIDADE. **Lei Federal nº 10. 257 de 10 de junho de 2001**.

LEI FERAL DO USO E PARCELAMENTO DO SOLO URBANO. **Lei Federal nº 6766/ 79**.

**Lei orgânica do Município de Cametá**. Revisada e Atualizada em dezembro de 2006.

**Lei nº 10.257/ junho de 2001**. Estatuto da Cidade.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Trad. Maria Helena e Marilena Jamur. 2º ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. 1ª ed. Ed: Moraes Ltda. Trad: Rubens E. Frias, São Paulo, SP, 1991.

LEME, Gabriela. **Perspectivas teóricas sobre a cidade capitalista**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social de UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

LIMA, J.J.; CARDOSO, A.C.; BASTOS, A.P.; GOMES, V.L. Planos Diretores no Tucupí: a experiência de elaboração de planos diretores na região do Baixo Tocantins, estado do Pará. IN: **Planos diretores participativos: Experiências Amazônicas**. Belém: EDUFPA, 2007

LIMA, Roberto Arruda de Souza. **Informação, capital social e mercado de crédito rural**. Tese de doutorado. Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Universidade de São Paulo. São Paulo, Piracicaba, 2003.

MAIA, D. **Cidades pequenas: como definí-las?** Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas. In: Simpósio Nacional de Geografia De Geografia Urbana, IX, 2005, Manaus, Br. Anais... Manaus, Br.: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2005.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes 2001.

MARQUES, Marta I. Medeiros. **O conceito de espaço rural em questão**. São Paulo: terra Livre. Ano 18.n. 19, 2002.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**, 1986.

MINAYO, M. Cecília de S. (Org.) **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 18ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Cidade e Campo, urbano e rural. IN: **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo**: mutações, tensões, desafios. Salvador: EDULFBA, 2007.

OLIVEIRA, José Ademir de. As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **O espaço no fim do século**: a nova realidade. São Paulo: Contexto, 1999, p. 199-213.

PEREIRA, José Carlos M. **Importância e Significado das Cidades Médias na Amazônia**: uma abordagem a partir de Santarém (PA). Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). NAEA/UFGA, Belém 2004.

Plano Popular de Desenvolvimento sustentável a jusante da UHT – PIRJUS. **Relatório de pesquisa do projeto de extensão do PDJUS** (UFGA, Eletronorte e prefeituras do Baixo-Tocantins), 2006.

POMPEU, José D. Pinto. **Evolução territorial e urbana do município de Cametá**. Coleção Novo Tempo Cabano, vol. I Cametá – Pará, 2002.

RODRIGUES, Eliene Jaques. **Banidos na condição**: Cidade Nova: espelho da segregação social em Belém. Belém: UFGA/ NAEA, 1998.

SÁ, Maria E.R.; COSTA, Solange M.G.; TAVARES, Luciana P.O. O rural-urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos. IN: **O rural e o urbano na Amazônia**: Diferentes olhares em perspectivas. Belém: EDUFGA: 2006.

SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. **A cidade como objeto de estudo**: diferentes olhares sobre o urbano. s/a. Disponível em: [www.comciencia.br/reportagens/cidades](http://www.comciencia.br/reportagens/cidades). Acessado em março de 2008.

SANTORO, Paula; COSTA, Cristiane; PINHEIRO, Edie. Introdução IN: **O Planejamento do município e o território rural**. Alberto G. O. Pereira Barreto (Org.). Instituto Pólis, São Paulo, 2004. (Caderno Pólis nº 8).

SANTOS, José Aparecido dos. VITTE, Antonio Carlos. **A construção do espaço urbano e sua implicação ambiental e social** – o caso de Bauru-SP. III Encontro da ANPPAS. Brasília-DF, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987. (Coleção espaços).

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 14º ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Espaço do cidadão**. 2007.

SILVA, Maria J. Veiga da. **Dilemas do Planejamento e da Gestão municipal na Amazônia Ribeirinha**: uma análise do caso de Cametá à luz do ideário da Reforma Urbana e o Estatuto da Cidade. Dissertação de Mestrado. Belém: PPGEIO, 2008.

SOUSA, Raimundo Valdomiro de. **Campesinato na Amazônia**: da subordinação à luta pelo poder. Belém: NAEA, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. 3ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2004.

SOUZA, Suzethe Costa; BONFANTI, Gilmar. **Urbanização do campo e as transformações do espaço ao longo da BR-163 nos municípios de Sorriso, Vera e Sinop**. Universidade Federal do Mato Grosso, 2004.

SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C.; GALPIN, C. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. S. (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 198-224.

SPAROVEK, Gerd; VIANA, Gisela Cunha; BARRETO, Leonelli Alberto Pereira. A linha imaginária. IN: **O Planejamento do município e o território rural**. Alberto G. O. Pereira Barreto (Org.). Instituto Pólis, São Paulo, 2004. (Caderno Pólis nº 8).

SPOSITO, M. E. B. & WHITACKER, Arthur Magon. (Org.). **Cidade e Campo**: relações e contradições entre o urbano e o rural. 1ª edição. Editora Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto 1988.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez, 2002.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília et al. **A cidade do pensamento único**: Desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

\_\_\_\_\_. **A atualização da contradição urbano-rural**. s/a.

YIN, Robert. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução: Daniel Grassi. Porto Alegre: Boockman, 2001.

**ANEXOS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRANDA: LUCIANA PEREIRA DE OLIVEIRA TAVARES  
ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> OLINDA RODRIGUES

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO JUNTO AOS REPRESENTANTES DOS  
MOVIMENTOS SOCIAIS O MUNICÍPIO DE CAMETÁ

1. Qual a data de fundação da instituição?
2. Quais os trabalhos desenvolvidos pela organização?
3. Em relação aos moradores do município de Cametá, como você observa as condições de vida e de trabalho dos sujeitos que moram na zona urbana e na zona rural? Quais as dificuldades e os benefícios de se viver em cada uma dessas zonas?
4. Há parcerias entre a organização e a prefeitura municipal?
5. Há no município o acompanhamento das organizações sociais para o processo de planejamento territorial?
6. A definição dos espaços como urbano e rural influencia no trabalho desenvolvido pela organização? Os sujeitos são afetados? De que forma?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRANDA: LUCIANA PEREIRA DE OLIVEIRA TAVARES  
ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> OLINDA RODRIGUES

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO JUNTO AOS REPRESENTANTES DO  
PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE CAMETÁ

1. Como o poder público municipal tem trabalhado o planejamento territorial em Cametá?
2. Quais são os critérios utilizados para a definição do urbano e do rural?
3. Quais as principais especificidades da cidade de Cametá? Isso influencia na definição dos espaços?
4. Quais os instrumentos de planejamento demandados a partir do Plano Diretor Participativo o município conseguiu efetivar?
5. Cametá possui um vasto território, como o poder público trabalha nesses aglomerados?
6. E o meio rural tem sido atendido enquanto a implantação de políticas e serviços?
7. Existem situações de loteamento em Cametá que recebe orientação rural, como é feito isso?
8. O assentamento cinturão Verde é localizado próximo a zona urbana, mas ainda assim não há investimento algum no local, enquanto garantia para qualidade de vida. Faça uma breve explanação sobre a situação?
9. Em relação a vila de Cametá-Tapera, porque é considerada parte da zona urbana?
10. A prefeitura estabelece parcerias com instituições que realizam trabalho no município? Quais são?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRANDA: LUCIANA PEREIRA DE OLIVEIRA TAVARES  
ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> OLINDA RODRIGUES

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO JUNTO AOS MORADORES DO  
ASSENTMENTO CINTURÃO VERDE

1. Que ano foi criado o assentamento? Como foi o processo de construção?
2. Quais os benefícios e as dificuldades que são mais evidentes para os moradores do local?
3. Recebem apoio de alguma instituição? Da prefeitura?
4. Levando em consideração as atividades desenvolvidas, as relações, os costumes, vocês se identificam como sujeitos urbanos ou rurais?
5. O trabalho desenvolvido é apenas a produção agrícola?
6. A proximidade com a zona urbana contribui para a implantação de serviços e de políticas?

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRANDA: LUCIANA PEREIRA DE OLIVEIRA TAVARES  
ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> OLINDA RODRIGUES

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO JUNTO AOS MORADORES DE CAMETÁ-TAPERA

1. Fale um pouco sobre a vila de Cametá-Tapera?
2. Quais são as principais atividades desenvolvidas na vila?
3. Recebem apoio de alguma instituição? Da prefeitura?
4. A vida em Cametá-Tapera é essencialmente rural, mas está definida como zona urbana de Cametá? Levando em consideração as atividades desenvolvidas, as relações, os costumes, vocês se identificam como sujeitos urbanos ou rurais?
5. Como é feita a comercialização dos produtos? Vocês recebem algum apoio?
6. Quais são os serviços que são ofertados na vila?



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)